

**ATA DA NONAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60

Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e sete realizou-se a Nonagésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, n.º 55 – 11º andar – sl. 1108, Porto Alegre, com o início às quatorze horas e vinte e três minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sra. Vera Callegaro**, Secretária de Meio Ambiente; **Sr. Tomáz Augusto Schuch**, Representante do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Edmundo Fernandes da Silva**, Representante do Secretário de Energia, Minas e Comunicação; **Sra. Faraildes Auta de Avila**, Representante da Secretária de Educação; **Sr. Marcelo Zaslavski**, Representante do Secretário da Cultura, **Sr. Paulo Renato dos Santos Souza**, Representante do Secretário de Ciência e Tecnologia; **Sra. Marta Marchiori Dias**, Representante da SEDAI; **Sra. Sônia Maria Moreira de Mello**, Representante do Secretário de Coordenação e Planejamento; **Sr. Juarez Fernandes de Souza**, Representante do Secretário de Justiça e Segurança; **Sr. Cristiano Kern Hickel**, Representante Titular do INGA; **Sra. Edi Xavier Fonseca**, Representante Titular da AGAPAN; **Sra. Lisiane Becker**, Representante Titular do MIRA-SERRA; **Sr. Manoel Francisco Moreira**, Representante Titular do Amigos da Floresta; **Sra. Maria Teresa Raya Rodrigues**, Representante Suplente da Instituição Universitária Pública; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Suplente da FETAG; **Sr. Sidney Bruschi**, Representante Suplente da FIERGS; **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho**, Representante Suplente da FARSUL; **Sr. Fernando Hartmann**, Representante Suplente da Sociedade de Engenharia do Estado do Rio Grande do Sul; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante Titular da FAMURS; **Sr. Carlos Termignoni**, Representante Titular do Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul; **Srs. Sérgio Cardoso**, Representante Titular dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Renato Breunig e Jackson Muller**, Representantes Titular e Suplente da FEPAM. Participaram também da reunião, como convidados: Norine Paloski, FFFMA-Gravataí, Claudio Worlitzer FMMA-Gravataí, Mariel Lohmam, ONG – Questão de Vida, Ivone Raupp, FFFMA-Gravataí, Mauro Becker, FFFMA-Gravataí, Jeanine Tavares Kayser, FFFMA-Gravataí, Edoardo Raskulin, Agricultura Maquiné, Rogério Deves, DRH/SEMA, Caroline Ciatt, Amigos da Terra, Lúcia Ortiz, Amigos da Terra, Sandra Garcia Polino, SE, Lúcia Vargas Guimarães, Paulo Bonas, Gravataí, João Francisco Giuliani, Comitê Rio Santa Maria, João Carlos Jesus, CMMA – Gravataí, Luiz Centeno Liberoth, Ronda Alta (Prefeito), Renato Souza, AGAPAN, Niro Afonso Pieper, Siga-RS/SEMA, Danusa Oliveira, SMAM – Eldorado do Sul, Priscila Schimitz, SMAM, Eldorado do Sul, Alex Nunes Stray, Polar ONG e Meio Ambiente, Mauro Henle, SEMA, Paulo Paim, Secretário Executivo CRH-RS, Carlos A. M. Marchiori, SAALVE/CLEAPA, Nelson Nicolodi, DMMA- Ibirubá, Vera Lucia Lajes Pitoni, DEDFAP-SEMA, José Carlos Breda, SEMA e Alexandre Bugin, ABIES-RS. Os trabalhos foram abertos e presididos pelo Sr. Valtemir Goldmeier, Representante da FAMURS. **Pauta: 1. Discussão da Ata da 92ª Reunião Ordinária do CONSEMA; 2. Comunicações; 3. Aprovação da minuta de resolução encaminhada pela Comissão Eleitoral do CONSEMA; 4. Habilitação de Municípios. 5. Apresentação da Secretária e sua equipe 6. Apresentação de proposta de Resoluções 7. Manifestação da FEPAM a respeito do licenciamento da Empresa Hexion; 8. Relato da FEPAM a respeito da Força Tarefa. 9. Assuntos Gerais. Sr. Presidente:** Bom-dia, Srs. Conselheiros. Então, damos por aberta esta 93ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Considerando que nós temos “quorum”, damos por aberta esta 93ª Reunião Ordinária deste Conselho Estadual do Meio Ambiente, do dia 15-2-2007. Colocando que temos uma pauta pré-estabelecida de nove pontos, e desde já eu consulto o Plenário, enquanto nós fizermos a leitura das Comunicações, se alguns dos senhores e senhoras Conselheiros quiserem inverter a pauta ou alterar alguns dos pontos da pauta em relação a sua ordem de apresentação, eu solicito que até o final das Comunicações se manifeste. Mas, eu gostaria de fazer um pedido para a Secretaria Executiva que me alcançasse o Livro de Presença do Conselho, considerando que é a primeira reunião do ano de uma nova legislatura, eu vou solicitar que todos os nossos Conselheiros e Conselheiras presentes fizessem uma breve apresentação da entidade da qual representam e, eventualmente, se quiserem externar alguma expectativa em relação ao Conselho, gostaria que o fizessem. Então, eu tomo a liberdade de começar na minha pessoa. Eu sou o Valtemir, sou representante da FAMURS aqui no Conselho Estadual do Meio Ambiente. Tenho a função de ser Presidente deste Conselho até a eleição, que provavelmente vai ser entre março e abril, é um dos assuntos de pauta. E colocar que nós, da FAMURS, temos a expectativa de que a gente consiga, nestes 4 anos que ora se iniciam em relação ao Sistema Estadual de Proteção Ambiental, continuar implementando este sistema, qualificando-o e fazendo com que todos os entes se sintam representados e a sociedade possa enxergar o Conselho Estadual como um organismo vivo e que quando chamado dá as respostas que ela precisa. Vou pedir para se apresentar o representante da ONG Mira-Serra, com nome, identificação para os Conselheiros conhecerem, porque muitos são novos, e vamos fazer uma rodada de apresentação de todos os Conselheiros presentes no sentido de valorizar a nossa integração, por favor, Colega Lisiane. **Sra. Lisiane Becker:** Sou Presidente

61 da ONG Mira-Serra, que é uma ONG que trabalha com pesquisa ambiental, principalmente com ênfase na
62 Mata Atlântica, e também revertemos este nosso conhecimento para a comunidade. Somos do CONAMA
63 e a minha expectativa, como Conselheira do CONSEMA, a primeira, grande e maior expectativa é em
64 relação a este projeto de lei que foi encaminhado para a Assembléia Legislativa sobre o Departamento de
65 Recursos Hídricos, todo o sistema de recurso hídricos para a Secretaria Extraordinária de Irrigação. Então,
66 essa é a minha maior expectativa, que nós possamos, enquanto CONSEMA e entidades, aqui reunidas,
67 obter uma reversão deste quadro, que realmente não há condições de se dividir meio ambiente e passar
68 recursos hídricos, que faz parte do meio ambiente para uma instância segmentada. Isso faz parte da
69 comunidade, inclusive, segmentada deste jeito. **Sr. Marcelo Zaslavski:** Boa tarde, prazer, sou
70 representante da SEDAC – Secretaria de Cultura, sou representante suplente. Hoje a nossa Titular, que é
71 Coordenadora do Serviço onde eu trabalho, da Assessoria Jurídica, não pode comparecer. Então, gostaria
72 de, num primeiro momento, explicitar a nossa expectativa que este Conselho continue atuando em
73 proteção do meio ambiente e criando legislações que abranjam cada vez mais todos os atos que vão ao
74 encontro com este assunto para que cada vez esteja mais especificada esta matéria. **Sr. Carlos**
75 **Termignoni:** Represento o Centro de Biotecnologia da UFRGS, que foi criado em associação com o
76 Governo do Estado e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, resumidamente, no Centro de
77 Biotecnologia nós temos grupos de pesquisa trabalhando em todas as áreas da biotecnologia, tanto na
78 ambiental quanto na médica, na agrícola e de saúde animal, e também na biotecnologia industrial. **Sr.**
79 **Sidney Bruschi:** Boa tarde a todos. Sou representante suplente da FIERGS, nós temos como premissa o
80 desenvolvimento econômico, industrial, ambientalmente sustentado. **Sr. Manoel Francisco Moreira:** Boa
81 tarde, eu sou Presidente da ONG Amigos da Floresta, e o nosso objetivo principal é educação ambiental. E
82 nós esperamos continuar colaborando com esta instituição, para que ela possa ser um marco inteligente
83 nas decisões da legislação ambiental dentro deste Estado, procurando harmonizar desenvolvimento com
84 meio ambiente. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Boa tarde a todos, sou representante da FARSUL. Aos
85 colegas novos, que estão chegando ao CONSEMA, que tenham um bom trabalho aqui e espero que o
86 Sérgio depois faça declaração de voto e contem comigo para dirimir e discutir as questões ambientais no
87 Rio Grande do Sul. **Sr. Paulo Renato dos Santos Souza:** Boa tarde a todos. Representando há 03 gestões
88 a Secretaria de Ciência e Tecnologia e o nosso papel principal é trabalhar junto com as universidades, e
89 com esse objetivo nós estamos aqui também, e o que tiver de pesquisa e de dados que precisamos levantar,
90 nós estaremos sempre à disposição para colaborar com o grupo. Obrigado. **Sra. Faraildes Auta de Ávila:**
91 Eu sou da cidade de Rio Grande, vim este ano para trabalhar com a Secretária de Educação, e ela me pediu
92 para ser a suplente dela aqui neste Conselho. Então, estou aqui para aprender. **Sr. Sérgio Cardoso:** Sou
93 Vice-Presidente do Comitê Gravataí, e represento os Comitês do Rio Grande do Sul neste Conselho. Não
94 teria como não falar sobre o que a Lisiane acaba de colocar, uma preocupação dos Comitês quanto ao
95 projeto de lei que foi entregue na Assembléia ontem. Os Comitês de Bacia se reúnem na sexta-feira à tarde
96 para ter uma posição sobre o projeto de lei, sobre o que isso implica na implantação do Sistema de
97 Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, e como é que se dá a questão da interface com a questão
98 ambiental. Então, só para deixar isso muito bem claro, que é uma preocupação nossa. Os Comitês
99 estiveram reunidos há 15 dias com o Presidente da... e com o Secretário de Irrigação, Rogério Porto, numa
100 tarde toda, fizemos uma discussão e nos pegou de surpresa o projeto pois ele apresenta algumas coisas que
101 nós conseguimos entender ainda, que é dizer bem claro onde é que vai ficar o Sistema de Recursos
102 Hídricos. Quer dizer, faz-se uma mistura, embora, e aí a gente sabe que tem que estar claro. Esse é um
103 movimento, para nós, estratégico, nós estamos aqui neste Conselho deixando isso bem claro. Lemos e
104 relemos o projeto de lei, não conseguimos entender, quer dizer, a gente entende, mas não conseguimos ver
105 escrito ali qual é a intenção. Sabemos que o Secretário Rogério Porto tem uma visão da questão da água
106 como insumo para o desenvolvimento. Então, nós ouvimos este questionamento de como é que vai ficar a
107 bacia do litoral e do Guaíba, pois ele só vai cuidar a do Uruguai e do Aquífero. Sabemos que a questão da
108 agricultura, do PIB, está no Uruguai, mas a do Guaíba e, pelo jeito, a do litoral vão ficar desprotegidas. E
109 também não diz quem vai ficar com ela, e só diz qual é que ele quer. E isso cria uma grande preocupação.
110 Então, só gostaria de fazer este relato, e é fundamental a este Conselho, e aí já uma solicitação, que paute
111 este projeto, que já entrou com regime de urgência na Assembléia, até dia 16 de março ele vai à votação, e
112 isso nos preocupa pela falta de tempo de debate. Sabemos do interesse do Governo de acertar a Casa, mas
113 não gostaríamos que este Conselho ficasse à margem, discussão essa que vamos travar dentro do Conselho
114 Estadual de Recursos Hídricos. Uma breve apresentação mas também uma manifestação já muito bem
115 clara da nossa posição. **Sr. Presidente:** Tenho certeza que nos Assuntos Gerais nós vamos discutir este
116 assunto e provavelmente vamos ter que deliberar sobre uma reunião extraordinária. **Sr. Jackson Muller:**
117 Boa tarde a todos os Conselheiros. Saudá-los e desejar um ótimo ano de trabalho. Eu sou Diretor Técnico

118 da FEPAM, queria saudar a todos, em nome do nosso Presidente, Renato Breunig, esperamos que
119 tenhamos um ano um pouco mais aguado, um pouco mais de peixe vivo, estou-me especializando nesta
120 área de ictiologia, mas morta. Sem dúvida, isso traz uma responsabilidade institucional, e deste Conselho
121 também, em discutir os modelos que adotamos e que, de certa forma, vem representando a necessidade de
122 uma revisão, de uma reconstrução ou quem sabe de um planejamento diferenciado para lidar com os
123 desafios que a nossa sociedade tem. Estamos à disposição, aqui na FEPAM, queremos, de certa forma, e
124 de forma integrada, trabalhar em conjunto com o CONSEMA, temos desafios enormes pela frente, bons
125 desafios, e esperamos que possamos qualificar o debate aqui. Era isso, obrigado. **Sra. Maria Teresa Raya**
126 **Rodriguez:** Boa tarde a todos. Represento a UFRGS e sou do Centro de Ecologia, especificamente, é um
127 órgão da Universidade que tem cursos de formação de recursos humanos em nível técnico, de graduação,
128 de mestrado e doutorado e também o Centro de Ecologia participa de pesquisas na área ambiental, a mais
129 abrangente possível. Obrigada. **Sr. Fernando Hartmann:** Boa tarde a todos. Sou representante suplente
130 da Sociedade de Engenharia, e sempre a nossa atuação tem sido no sentido de apoiar o CONSEMA, as
131 resoluções e política do CONSEMA no sentido de que a área técnica seja atuante e apóie nas soluções e
132 resoluções dos problemas que o Estado tem nas suas diversas facetas. Obrigado. **Sra. Edi Xavier**
133 **Fonseca:** Boa tarde a todos, sou Presidente da AGAPAN e Conselheira Titular do CONSEMA há 14
134 anos, desde a sua criação, eu sou uma “entidade”, uma figurinha bem carimbada dentro do CONSEMA e
135 vocês vão ouvir falar muito de mim e da AGAPAN dentro deste Conselho. Desejo um bom trabalho para
136 todos e bom trabalho para a equipe que está iniciando agora com este novo Governo. **Sra. Cristiano Kern**
137 **Hickel:** Boa tarde, secretário da ONG Ingá Estudos Ambientais. Desejo um ano com bons trabalhos a
138 todos, e que a gente comece com o pé direito, nomeando devidamente todas as ONGs nomeadas pela
139 APEDEMA. **Sra. Marta Marchiori Dias:** Sou representante da SEDAI – Secretaria do Desenvolvimento
140 e dos Assuntos Internacionais, que é proprietária de 8 distritos industriais, localizados na região
141 metropolitana e no interior do Estado e também é responsável pela atração dos grandes investimentos do
142 Estado. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** Representante da FETAG, que congrega 354 sindicatos de
143 trabalhadores rurais. E a nossa expectativa é que o bicho-homem, o ser humano tenha uma maior inserção
144 dentro do meio ambiente. **Sr. Tomáz Augusto Schuch:** Boa tarde, Senhor Presidente, boa tarde
145 companheiros e amigos, amigas deste especialíssimo Conselho de Meio Ambiente. Eu também faço parte,
146 representando o Estado no Conselho Nacional de Meio Ambiente e é um trabalho profundamente
147 interessante. Neste fim de semana passado eu tive o prazer de conhecer o Parque da Guarita, e é um
148 trabalho excelente que a Secretaria do Meio Ambiente está fazendo. E gostaria de cumprimentar os
149 funcionários, que lá trabalham, por meio da Secretaria, e dizer que este conjunto e esse esforço que nós
150 estamos fazendo, em nome do meio ambiente, com certeza, vem a dar sustentabilidade a produção
151 primária, que é objetivo, que a nossa Secretaria tem também neste Conselho. Um bom trabalho a todos.
152 Muito obrigado. **Sra. Sônia Maria Moreira de Mello:** O que eu gostaria de dizer é que fazer parte do
153 CONSEMA tem sido um grande aprendizado para uma economia que sempre acreditou em
154 desenvolvimento sustentável. E ver aqui trabalhos como a gente vê da AGAPAN e das entidades, na
155 defesa forte do meio ambiente, eu acho que tem dado um momento de profunda reflexão em relação ao
156 meu desempenho como uma representante do Estado aqui. E gostaria de desejar a todos vocês, que estão
157 ingressando, e os outros Colegas, que nós consigamos, realmente, proteger o meio ambiente, porque é o
158 nosso futuro em termos de desenvolvimento só será viável se for sustentável. Qualquer outra atividade
159 nossa, lá da Secretaria do Planejamento, sempre tentaremos defender as causas do meio ambiente, se for
160 possível. **Sr. Presidente:** Desejo que a gente tenha um ano cheio de realizações na área ambiental, e que a
161 gente consiga, efetivamente, implementar uma política voltada à proteção ambiental e também essa tal
162 discussão que a gente tem travado nos últimos anos, de um desenvolvimento efetivamente
163 sustentado. Desenvolver é uma coisa, e desenvolver sustentavelmente é outra. Na pauta nós temos a
164 apresentação da nova equipe do Governo do Estado. Eu solicito para este Conselho a autorização para a
165 inversão de pauta no sentido de que a gente passe, neste momento, para o Item 5. **5. Apresentação da**
166 **Secretária e sua equipe. Sr. Presidente:** Saúdo, desde já, a presença da Vera Callegaro, nossa Secretária,
167 e do Presidente Renato, da FEPAM, e sua equipe, no sentido de que a gente passe, inicialmente, como
168 Ponto 1 da nossa pauta, a apresentação da nova equipe da SEMA/FEPAM. Também gostaria de lembrar a
169 todos que temos em Plenário a presença do Presidente do Conselho de Meio Ambiente de Gravataí e
170 também temos a presença do Alex, que foi Secretário Substituto na Administração anterior. Então, sejam
171 todos bem-vindos. Não havendo manifestação do Plenário em contrariedade a inversão de pauta, eu
172 tomaria a liberdade em chamar, para a sua manifestação, a Secretária, e toda a sua equipe, em especial, o
173 Renato Breunig, Presidente da FEPAM, no sentido de haver uma manifestação em relação à nova equipe,
174 em relação a política que temos, e, desde já, este Conselho saudando a Secretária e sua equipe. Vera, por

175 favor. **Sra. Vera Callegaro:** Boa tarde a todos e a todas. Com satisfação que chegamos a nossa reunião do
176 CONSEMA, peço desculpas pelo atraso, mas eu estava resolvendo um problema, atendendo uma agenda,
177 por isso só cheguei às 14h30min. Nós, da Secretaria do Meio Ambiente, vamos trabalhar muito com o
178 Conselho Estadual do Meio Ambiente. Seguindo a pauta, é a apresentação da equipe, pediria que o Diretor
179 da FEPAM, Chefe de Gabinete viessem aqui a frente, o Rogério Deves. A nossa equipe ficou assim
180 constituída: Secretário Adjunto, no novo redesenho do Estado, vai passar a se chamar “Diretor-Geral de
181 Secretário Adjunto, Dr. José Carlos Breda; o meu Chefe de Gabinete é o Dr. Mauro, muitos já conhecem,
182 já trabalhou conosco. O Rogério Deves continua como Diretor do Departamento de Recursos Hídricos. A
183 nossa Diretora do Departamento do DEFAP é a Vera Pitoni, todos conhecem, é membro da Câmara
184 Técnica de Biodiversidade. E o Dr. Renato Breunig é o nosso Presidente da FEPAM. O Presidente da
185 Zoobotânica permanece o mesmo ainda, não foi nomeado o novo Presidente, toda a Diretoria permanece a
186 mesma. Nós temos a nossa assessoria técnica, continua o Pieper e agora a Ana Elisabete Carara, que
187 também vocês já conhecem, que é a Secretária Executiva do Pró-Guaíba e também está-nos ajudando na
188 coordenação da Assessoria Técnica ali no Gabinete. A nossa assessora jurídica é a Dra. Leonora e o
189 Diretor Administrativo permanece o mesmo, Artur Lemos. Nós reconhecemos a importância fundamental
190 do Conselho como órgão superior do Sistema Estadual de Proteção Ambiental e já adiantando eu gostaria
191 de fazer um relato para os senhores em relação ao Projeto de Lei 47/2007, que é um projeto de lei do
192 Poder Executivo, que foi encaminhado pela nossa Governadora. E nós detectamos, depois de
193 encaminhado o projeto, que existem alguns itens para complementar e alguns itens, principalmente em
194 relação à Secretaria do Meio Ambiente, que ficaram faltando onde os recursos hídricos foram retirados do
195 âmbito da Secretaria do Meio Ambiente. Então, já falamos, já está tudo acertado, falamos com a Casa
196 Civil, falamos com a Secretaria do Planejamento, foi um erro no encaminhamento do projeto. Est á aqui a
197 nossa representante da Secretaria de Coordenação e Planejamento, a Sônia Melo, que inclusive participou
198 da elaboração do projeto, foi um lapso, e a Casa Civil e o Gabinete da Governadora estão vendo a melhor
199 forma junto com o Presidente da Assembléia, de encaminhar estas correções que temos que fazer neste
200 projeto, porque não era o projeto inicial, o projeto que foi elaborado pela Secretaria de Planejamento, na
201 hora ficou faltando colar todos os outros itens da Secretaria, principalmente da Secretaria do Meio
202 Ambiente. Mas não é só a Secretaria do Meio Ambiente, muitas outras ficaram com alguns erros de
203 redação, que a montagem foi feita meio rápido, então, a Governadora, junto com a Casa Civil e a
204 Assembléia Legislativa está vendo a melhor forma: se encaminha um Substitutivo, para não perder prazo,
205 enfim, essa parte legal junto ao Legislativo, a Casa Civil, junto com a Governadora estão providenciando.
206 Então, é para os senhores ficarem bem tranquilos e em relação à Secretaria do Meio Ambiente
207 praticamente não muda nada, e a única coisa que muda é que nós tínhamos pedido para acrescentar esta
208 vinculação com a Lei Estadual de Recursos Hídricos, porque como os Recursos Hídricos passaram depois
209 para a SEMA, eles não já não constavam das atribuições da Secretaria. Então, esse artigo nós vamos
210 ainda acrescentar a relação com a lei que institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Faço questão
211 de falar logo porque já está havendo manifestações, com razão. Quando nós nos demos conta, puxamos o
212 projeto de lei e vimos que estava faltando, mas depois já foi esclarecido o problema que hoje. Logo nós
213 teremos um encaminhamento para resolver esta questão. Em relação à Secretaria do Meio Ambiente, a
214 meta foi traçada, e vamos ter que trabalhar no sentido do fortalecimento da Secretaria, porque a Secretaria
215 foi criada trazendo órgãos de várias Secretarias e, a partir de agora, nós vamos trabalhar no sentido de que
216 a gente possa consolidar esse Sistema Estadual de Meio Ambiente junto, articulado com o Sistema
217 Estadual de Recursos Hídricos. A questão dos licenciamentos é uma questão que tem levado a muitas
218 discussões, porque a forma como nós trabalhamos a questão do licenciamento ambiental, que é uma
219 proposta já do plano de governo de criar, de instituímos o balcão único de licenciamento ambiental e essa
220 criação desse balcão único de licenciamento ambiental, na verdade, é o resultado de uma série de
221 transformações, de uma série de adequações que nós vamos ter que fazer para todo o sistema, para que
222 nós possamos chegar lá na ponta com esses três sistemas ligados de licenciamento: florestal, outorga da
223 água e o próprio licenciamento ambiental do órgão ambiental. Isso nada muda agora neste momento,
224 então, a discussão continua a respeito destas alterações, mais para a frente, e nesse projeto de lei vocês
225 podem ver que não tem nada a respeito de alterações na Secretaria do Meio Ambiente. Um dos temas que
226 nós vamos ter que trabalhar muito este ano em relação ao CONSEMA é a questão do zoneamento da
227 silvicultura. Todos têm acompanhado, pela imprensa, os desdobramentos, existe já no site da FEPAM uma
228 primeira versão já publicada desse zoneamento para a silvicultura no Rio Grande do Sul. Após a
229 publicação desse zoneamento houve muitos questionamentos por parte dos diferentes segmentos
230 envolvidos, principalmente dos Municípios, agora se manifestando a respeito do zoneamento, e foram
231 detectados também alguns problemas em relação à digitação e vários outros. Então, em uma reunião

232 conjunta com a Governadora e os diferentes segmentos envolvidos, ficou definido que nós vamos, após o
233 retorno do documento da análise preliminar feita pelo APB Florestal, foi constatado que, realmente,
234 existem alguns questionamentos feitos pelo APB que nós vamos ter que trabalhar melhor. Então, ficou
235 definido que nós logo estaremos constituindo um grupo de trabalho paritário entre o Governo do Estado e
236 os diferentes segmentos para analisar os questionamentos feitos pelo APB Florestal visando a aprovação
237 final e também ficou faltando a questão das audiências públicas, que nós vamos ter que equacionar para
238 ver qual é a melhor forma de fazer as audiências públicas sobre zoneamento, se todos por região, enfim, e
239 o próprio Grupo de Trabalho acho que vai apresentar uma sugestão já das audiências públicas do
240 zoneamento. Então, o trabalho do zoneamento é muito importante, vai ser fundamental a participação do
241 CONSEMA neste ano. Essa questão do licenciamento nada muda em relação as autorizações que foram
242 assinadas, e para dar continuidade nós estamos construindo, com o Ministério Público, como nós vamos
243 dar continuidade para o ano de 2007, já que nós não teremos concluído todo esse processo de aprovação
244 do zoneamento. Mas isso é uma construção que está-se fazendo junto com o Ministério Público. Que fique
245 claro que até agora não existe nada de novo, permanecem as autorizações aquelas feitas, mas que estão
246 sendo equacionado junto com a Secretaria, junto com a FEPAM, a possibilidade da continuidade da
247 atividade dentro dos parâmetros estabelecidos. As metas principais da Secretaria, principalmente, estão
248 relacionadas no fortalecimento e consolidação da SEMA, como um todo. A partir daí nós temos várias
249 discussões que passam desde o quadro funcional da SEMA, até todas as estruturas institucionais legais
250 que tenhamos que fazer para fazer estas alterações e o fortalecimento da Secretaria. E teremos também
251 como metas principais, de imediato, uma implantação de um plano de fiscalização articulado a partir,
252 principalmente da Bacia dos Sinos. Todos têm acompanhado, e está em pauta a apresentação do relatório
253 da Força Tarefa e neste item da pauta nós podemos apresentar aos senhores os encaminhamentos que a
254 Secretaria está fazendo em relação especificamente à Bacia dos Sinos e estendendo depois para a Bacia do
255 Gravataí e para o todo o sistema do Estado do Rio Grande do Sul. Passo a palavra ao Secretário Adjunto,
256 Dr. Breda e a gente se coloca à disposição para algum questionamento que os senhores Conselheiros
257 acharem pertinentes. **Sr. José Carlos Breda:** Venho todo o dia de Campo Bom, fui Vice-Prefeito lá,
258 Secretário de Fazenda, de Planejamento, da Indústria e Comércio e a minha formação não é na área
259 ambiental, sou economista, mas é dentro deste novo desenho que a gente procura a complementaridade
260 das atividades dentro da Secretaria. E nós temos uma Secretária, a quem eu agradeço o convite e a
261 confiança dispensada, extremamente competente, de profundo conhecimento, e não é fácil e não é comum
262 nos governos colocar-se pessoas, que em virtude da questão político-partidária, pessoas com este
263 conhecimento e com esta envergadura, com mobilidade política, de contato político também com a
264 Governadora, e eu pude perceber, nestes dois dias, um extremo zelo com a Secretaria em função deste
265 projeto. Então, quando a Secretária disse que podem ficar tranquilos, eu sou testemunha disso de parte
266 dela, porque o esforço que está sendo feito, e os contatos e tudo, eu sei que boa parte já foi revertido e
267 nesta caminhada nós estamos todos juntos e sobre nós estão responsabilidades muito grandes. Nós temos
268 pressões de todos os lados e tanto quanto o desenvolvimento econômico, que às vezes se questiona se é
269 sustentável, mas nós temos que ter a responsabilidade. Uma pessoa me dizia que não devemos pensar o
270 meio ambiente por 4, 8 anos, 10 ou 50 anos, e tem que se pensar em termos de 2000 anos. E sabe que é
271 interessante a gente colocar isso, a nossa maneira de pensar, a nossa cabeça muda, e o que a gente pensa
272 daqui há 50 anos é muito pouco tempo em termos de conservação do meio ambiente, de preservar e
273 imaginar o nosso planeta daqui a tão pouco tempo. Então, eu espero contribuir, dentro da minha modesta
274 capacidade, juntamente com vocês, com os Secretários, com a FEPAM, com a Zoobotânica, com todo o
275 Governo, com o CONSEMA, e que a gente possa fazer, no período em que a gente estiver junto, um
276 grande trabalho de muita responsabilidade e que, quando cada um de nós sair da nossa atividade,
277 possamos olhar para trás e dizer: deixamos um pouco melhor, ou quem sabe, muito melhor do que nós
278 encontramos. Como estou em formação nesta área, eu cresci muito neste mês e pouco que estou aqui. A
279 amplitude da visão que houve, a compreensão das coisas, então, vejo a necessidade de nós conquistarmos
280 o restante da comunidade, da importância que isso é. As vezes a gente acha que vai conseguir sendo
281 contra, articulando, embatendo, tentando derrubar, e não é por ali. É construir qual a melhor alternativa
282 para todos, e ali a gente consegue arrastar junto com a gente o restante da população. Senão, fora disso,
283 nós estamos fadados a sofrer, não daqui há 50 anos, no ano de 2050 ou o que está sendo mostrado no
284 Fantástico em todos os domingos, mas daqui há 10 anos, 15 anos, que passa tão rapidamente, que nós não
285 nos damos conta disso. Então, conte com a gente, obrigado por estarem aqui conosco juntos, e vamos levar
286 a cabo esta missão tão grandiosa e não é por acaso que cada um de nós está aqui neste lugar e neste
287 momento. Então, cada um de nós tem uma missão. Vamos fazê-la bem. Obrigado. **Sr. Renato Breunig:**
288 Boa tarde a todos e todos. Estou assumindo a Presidência da FEPAM e com a incumbência de criar um

289 plano de gestão na FEPAM. E eu peço o obséquio que este plano somente vai ser apresentado a partir de
290 abril, até porque oficialmente não temos ainda o quadro técnico definido porque a Associação dos
291 Funcionários possui a prerrogativa de indicar um diretor, assim com o Conselho deve homologar a
292 indicação. Por este motivo eu não trouxe o corpo técnico hoje ainda, porque oficialmente ele não está
293 constituído, numa questão de respeito aos funcionários da FEPAM, respeito ao Conselho, eu peço
294 obséquio, vou apresentar o plano de gestão e a nossa diretoria completa, acredito que no final de março ou
295 no início de abril. Quero dizer que a FEPAM é SEMA, a FEPAM está afinada com a política de gestão da
296 SEMA da Dra. Vera Callegaro e equipe. Nós trabalhamos muito juntos, tanto que até ontem passamos o
297 dia inteiro com audiências em comum, e é assim que vai ser pautada a gestão da SEMA, da FEPAM no
298 Governo da Yeda, sem contradição, qualquer discussão interna será resolvida internamente, mas para a
299 sociedade FEPAM será SEMA, e a SEMA tem a incumbência legal de ser a gestora ambiental do Estado.
300 Muito obrigado. **Sra. Vera Pitoni:** Boa tarde a todos. Como Diretora do DEPAP, nós temos um assunto
301 em pauta, que é a questão da Lei da Mata Atlântica. Mas eu gostaria de dizer a todos que a parte técnica
302 foi examinada no Departamento e que encaminhamos as dúvidas ao Departamento Jurídico da SEMA, que
303 agora conta com uma ex-Procuradora, mas sendo sempre Procuradora tem contato direto com a PGE e nós
304 já encaminhamos as dúvidas jurídicas para a PGE. Então, a nossa Procuradora já recebeu um retorno, nós
305 deveremos estar com esta decisão entre hoje e amanhã já divulgada na Secretaria. Então, não é motivo de
306 pânico, as questões técnicas, realmente, são conflituosas, na própria lei, mas já estão sendo tomadas
307 decisões pelo Estado, pela Procuradoria-Geral do Estado que vai absorver e se manifestar sobre a questão
308 jurídica. Então, essa semana, mais tardar, sexta-feira, amanhã, teremos já a solução para o impasse.
309 Obrigado. **Sr. Rogério Deves:** Eu queria colocar uma questão que me parece importante. Durante os
310 últimos anos a SEMA trabalhou no processo de integração de seus vários setores e departamentos e
311 FEPAM, especificamente, e foram costuradas algumas alianças. Só que eu acho que está na hora agora,
312 Senhor Presidente, de que os Conselhos, Recursos Hídricos e CONSEMA, tenham uma melhor
313 articulação. Nós temos que pensar se a figura de resoluções conjuntas entre CRH e CONSEMA é possível,
314 dentro da estrutura institucional e legal vigente hoje, mas evidentemente que resoluções do CONSEMA
315 quase sempre têm reflexos na gestão de recursos hídricos e vice-versa. Obrigado. **Sra. Vera Callegaro:**
316 Temos o Paim, que continua na Secretaria do Conselho de Recursos Hídricos. **Sr. Mauro:** Apenas vou
317 colocar à disposição de vocês o Gabinete, e qualquer coisa que precisarem, algum contato com a
318 Secretária, pode falar com a gente, temos uma equipe preparada para isso. Obrigado. **Sra. Leonora:** Sei
319 que a Mata Atlântica é uma coisa que preocupou a mim e a todos vocês. Eu cheguei na Secretaria com
320 esta situação bem caótica daquela lei nova. Então, nós encaminhamos dois expedientes para a
321 Procuradoria-Geral do Estado, que é o órgão que tem o compromisso no Estado de fazer toda a orientação
322 jurídica. Então, estou recebendo uma informação sobre dois aspectos da lei, e um terceiro, que eu
323 encaminhei, acredito que até amanhã, no máximo, na próxima semana, deverá vir, e são todos aqueles
324 licenciamentos que foram iniciados no ano de 2006. Eu tenho um pensamento particular, que a minha
325 orientação jurídica eu coloquei dentro da minha informação para a Procuradoria, e estou só esperando que
326 eles chancem ou não porque eu entendo que não pode parar o Estado em função de uma resolução do
327 CONAMA. Mas eles têm a palavra final, estou aguardando esta decisão e hoje estou entregando para a
328 Secretaria uma outra informação, que é um caráter mais específico, que o Estado está preocupado também
329 com esta lei, que 180 dias é muito tempo para nós ficarmos nesse limbo praticamente, neste vazio jurídico.
330 **Sr. Presidente:** Alguns dos Conselheiros gostaria de se manifestar, alguma pergunta, pois este momento é
331 mais de apresentação, justamente nesta idéia de uma primeira reunião do ano, eu pergunto aos
332 Conselheiros se querem falar. Vamos abrir espaço para quatro Conselheiros se manifestarem, pois temos
333 uma pauta extensa. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Primeiro, desejar sucesso para a equipe da Vera e
334 esperamos, de fato, poder fazer um trabalho em conjunto com este Governo na área do meio ambiente,
335 coisa que não foi possível no Governo passado, infelizmente. E fazer um apelo, Vera, como nova
336 Secretária, de que tu freqüentasse, de fato, as reuniões do CONSEMA. Sei que quando tu eras do Governo
337 passado, tu vinhas como representante do Governo, mas agora no cargo de Secretária, isso vai dar poder
338 político muito grande para o nosso Conselho. Eu gostaria que tu, como Secretária, viesse participar
339 efetivamente da reunião do CONSEMA. Isso é um apelo que estou-te fazendo, enquanto ONG
340 ambientalista e conhecendo o teu trabalho. E assim, eu não sei se nós vamos discutir isso nesta reunião,
341 mas é um questionamento que a AGAPAN traz, e eu acredito que outras ONGs também tenham essa
342 preocupação, na questão do zoneamento ambiental, que foi uma demanda aqui do Conselho de 2005, que
343 partiu das ONGs, e nós gostaríamos que esta discussão fosse feita em nível do Conselho, e de outras
344 instâncias, pois esta discussão e esta demanda se originou aqui dentro deste Conselho e eu gostaria que ele
345 fosse apresentado devidamente dentro do CONSEMA e que o CONSEMA tomasse uma posição em

346 relação a isso. E até o momento não foi apresentado esse zoneamento ao CONSEMA. **Sr. Sérgio**
347 **Cardoso:** Nobre Secretária e equipe. Vou ser bem objetivo, nos conhecemos há algum tempo, Dra. Vera.
348 Enquanto representante dos Comitês, algumas coisas a gente solicita, sabemos da recém montagem da
349 estrutura. Agora o que para nós faltou, na verdade, no Governo passado, não é uma crítica, mas é uma
350 constatação, nós sabemos o que o Governo queria da questão ambiental, o que o Governo queria do
351 Sistema de Recursos Hídricos. Então, enquanto representantes dos Comitês, colocamos os Comitês todos
352 à disposição, e isso falo em nome dos Presidentes, sem problema nenhum, os Comitês estão dispostos a
353 sentar com a Secretária e com a equipe da Secretaria, mas nós queremos, primeiro, saber aonde que nós
354 queremos ir. Sabemos que tivemos uma dificuldade de descontinuidade, 4 anos, 4 Secretários, isso é
355 complicado, pessoas que nunca tinham transitado nesta área, e não precisa ser ambientalista para ser
356 Secretário de Meio Ambiente, tem que ser gestor público. Então, para nós, enquanto Comitê, na verdade,
357 não só a questão da FEPAM, mas aí eu acho da própria Secretaria, Presidente da FEPAM, que se fosse
358 apresentada, na verdade, uma estratégia, o que a Secretaria de Meio Ambiente, se é assim que foi colocado
359 pela sua pessoa, o que a Secretaria de Meio Ambiente quer no Plano de Governo, onde é que quer atuar, e
360 nós sabemos como é que nós podemos ajudar. E se a gente não sabe por onde que o Governo quer
361 caminhar, e o fortalecimento que a Edi coloca, da questão deste Conselho, a presença da Secretária é
362 fundamental quanto à presença do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Os Secretários chegavam lá,
363 davam um “oi” e deixavam o Secretário Executivo fazendo reunião e isso, para nós, sempre foi uma
364 afronta ao Sistema de Recurso Hídrico. Quer dizer, o Secretário só ficava no final da reunião quando era
365 para aprovar para onde é que eram as verbas do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, e aí ficavam. E
366 sempre digo para um Secretário, que hoje está num cargo um pouco mais elevado, e Deputado Estadual
367 muito sutil, mas rapaz muito bom, dentro da política dele: quando era para aprovar o Fundo de Recursos
368 Hídricos ele ficava até o fim. Só peço encarecidamente para a Secretária, pois este é um Conselho que tem
369 a prerrogativa de ter a Secretaria, como Presidente, e quem sabe nós podemos rever esta posição, a
370 exemplo deste Conselho, que não precisa ser o Secretário o Presidente, e, então, já é um apelo que faço, e
371 a gente pode construir esta parceria e a sua presença, com certeza, é de fundamental importância, porque
372 reúne um Conselho onde nem o Secretário fica, vai querer que os Conselheiros e a sociedade civil fique?
373 A gente sabe que temos dificuldades, e é um apelo de coração aberto, e a senhora sabe a política que eu
374 trabalho, de nossa intenção que é fortalecer o sistema de recursos hídricos no Rio Grande do Sul. **Sra.**
375 **Vera Callegaro:** Quanto ao zoneamento, ele está um pouco atrasado, o andamento daquele cronograma
376 que se previu no ano passado, porque até 31 de março deveria estar concluído em nível de CONSEMA,
377 mas já foi apresentado uma vez no ano passado a primeira versão para a Câmara Técnica de
378 Biodiversidade, uma apresentação que a Câmara pediu. Mas, oficialmente, ele vai ingressar logo agora até
379 o final de mês de março, na próxima reunião já deve estar encaminhado para o trabalho nas Câmaras
380 Técnicas e no andamento do CONSEMA. Em relação de participação, pretendo, sim, participar, hoje
381 cheguei um pouco mais tarde, e tenho dito a todos os Secretários que eu gostaria muito de vê-los, aqui
382 neste CONSEMA, fazendo parte, e o Breda viu todo o meu empenho, que confirma que eu tenho colocado
383 para todos os Secretários a importância destes Conselhos para a gestão ambiental do Estado. Então, se nós
384 queremos atrair para o Estado tantos projetos, se o meio ambiente foi incluído no eixo de governo, que se
385 diz desenvolvimento econômico sustentável, então, a participação ativa de todos os Secretários é muito
386 importante. Claro que para os Secretários virem a todas as reuniões é difícil, mas que eu gostaria de contar
387 com a presença deles sempre que possível às reuniões. E eu me comprometo que vou já colocar na minha
388 agenda, já coloquei todas as reuniões do CONSEMA, para que a gente possa estar presente em todas as
389 reuniões. Em relação aos recursos hídricos, acho que a gente vai avançar um pouquinho mais, agora
390 quando for apresentado este relatório da Bacia dos Sinos a gente pode conversar um pouco mais, como
391 estamos pretendendo fazer este trabalho nas Bacias do Sinos e Gravataí, que já começamos, e em relação
392 ao papel dos Comitês, já tratamos, o Diretor do Departamento de Recursos Hídricos, fomos a uma reunião
393 com a Governadora, junto com o Presidente da ANA, Dr. José Machado, e nós temos uma grande
394 disposição, por parte da ANA, em nos ajudar nesta consolidação do Sistema Estadual de Recursos
395 Hídricos. Então, brevemente já vamos ter um seminário, dia 9 de março, que todos serão convidados, vai
396 ser na Unisinos, nós teremos uma missão da ANA antes, dia 7 e 8, a ANA vai mandar os técnicos para cá,
397 para a Secretaria e dia 9 teremos o Seminário na Unisinos, então, para a apresentação do Plano Estadual de
398 Recursos Hídricos, do andamento do plano, enfim, para nós aperfeiçoarmos como nós vamos caminhar
399 neste sentido da nossa política estadual de recursos hídricos, e aí entra o papel fundamental dos Comitês,
400 que nós temos que fortalecer. **Sr. Paulino Olivo Donatti:** A pedido da Diretoria da FETAG, queremos
401 desejar que tenha um bom mandado nestes 4 anos, e também já temos uma pedida, de saída, que nós
402 deixamos uma pauta nos primeiros dias de Governo, e temos um assunto que nós temos um pouco de

403 pressa, que é a questão do carvão, que envolve toda a pequena propriedade, nós gostaríamos que fosse
404 agilizado, e acho que a Secretaria tem todas as informações, e os outros assuntos aos poucos vamos tentar
405 discerni-los. **Sr. Presidente:** Eu uso a palavra de manifestar e de perguntar sobre o contingenciamento de
406 recursos na área ambiental em relação aos planos anunciados, de que todas as Secretarias teriam que
407 reduzir 30% dos seus recursos. E a pergunta que se faz é em relação à área ambiental, e mesmo em relação
408 a cargos, de como se fará isso sabendo que a nossa SEMA é uma das Secretarias mais enxutas mais que
409 tem. Então, Secretária Vera, se fosse possível, também uma pequena manifestação sobre isso e também
410 em relação à FEPAM no tocante aos cortes de diárias, cortes de combustível para o deslocamento em
411 função das vistorias necessárias e que a comunidade acaba protocolando o processo na FEPAM e, às
412 vezes, há necessidade de retorno e gostaria de uma manifestação nesse sentido também. **Sra. Vera**
413 **Callegaro:** A solicitação do Governo do Estado é que nós reduzíssimos em 20% as CCs, os cargos em
414 comissão, e 30% o custeio. Mas com a ajuda fundamental do nosso Diretor-Geral e Secretário Adjunto,
415 junto com o Diretor Legislativo, diretores, enfim, foi feito um trabalho, analisado o trabalho da Secretaria
416 e foi acertado esse enxugamento do custeio de forma que todo o serviço fundamental que é prestado pela
417 Secretaria do Meio Ambiente, que é competência da Secretaria, principalmente em relação aos
418 licenciamentos e fiscalização não ficasse afetado. Nós estamos procurando, no caso do combustível,
419 diminuindo a cota de combustível, mas tentando buscar as parcerias para trabalhar mais com as regionais,
420 articulando de forma que nós possamos atender as demandas e buscando este enxugamento. Diárias,
421 praticamente não foram cortadas, pois já temos poucas e os cargos em comissão da nossa Secretaria nós já
422 trabalhávamos com esta redução, e nós buscamos mais servidores do Estado, estamos aproveitando mais
423 servidores de diferentes órgãos, e desta forma estamos com o contingente de pessoal, que é praticamente o
424 mesmo, mas utilizando funções gratificadas este valor baixa bastante, é 70% do valor de um cargo em
425 comissão, e desta forma estamos procurando manter um quadro mínimo necessário para o funcionamento
426 da Secretaria. É claro que a nossa Secretaria não tem um quadro de pessoal, e isso todo mundo sabe, que
427 não tivemos concurso até hoje, mas como todos conhecem muito bem da forma transparente que é
428 colocada a situação fiscal, este contingenciamento por que passa o Estado, um concurso, neste momento, é
429 inviável. Então, desta forma nós estamos procurando trabalhar para que a gente possa manter essa
430 competências legais, cumprindo as competências legais mínimas da Secretaria, pelo menos, no mínimo
431 aceitável para que não prejudique a qualidade do trabalho. **Sr. Presidente:** Agradecemos, em nome do
432 Conselho, a presença da senhora, da sua equipe, desejando todo o êxito possível, na dificuldade que a
433 gente sabe que o Estado está passando, e com a certeza que o trabalho resultante vai ser bom para todos,
434 em especial, para a sociedade gaúcha. Então, desde já, o agradecimento do comparecimento e colocar que
435 o Conselho aqui sempre estará à disposição para discutir assuntos de interesse da Secretaria e da FEPAM,
436 da Fundação Zoobotânica, de todas as entidades ligadas a área ambiental. E no tocante à colocação do
437 Sérgio e antes a colocação do Rogério Deves, eu acho que é chegada a hora de haver esta aproximação
438 entre os dois Conselhos: o Conselho de Recursos Hídricos e o Conselho de Meio Ambiente. Talvez
439 fazendo com que algumas ações possam ser feitas juntas, algumas reuniões conjuntas. No ano passado a
440 gente até tentou fazer isso, mas nós tivemos algumas dificuldades e não se efetivou, mas eu entendo que
441 esta é uma construção necessária. Então, desde já, muito obrigado, e já convido a Secretária para fazer
442 parte da Mesa, como integrante da Mesa, caso puder ficar na reunião, pois a Secretaria Executiva do
443 Conselho é da SEMA. Então, desde já, fica o convite. No mais, obrigado. **1. Discussão da Ata da 92ª**
444 **Reunião Ordinária do CONSEMA. Sr. Presidente:** A Ata foi encaminhada a todos os Conselheiros por
445 meio do nosso sistema de informática. Alguma discordância, por parte dos Conselheiros, de alguma das
446 afirmações ou colocações desta Ata ocorrida no dia 14-12-2006. Não havendo manifestação dos
447 Conselheiros, colocamos o assunto em votação. Pergunto aos Conselheiros quem concorda com a
448 aprovação da Ata, manifeste-se votando com o nosso ticket de votação. Contrários, abstenções.
449 Abstenções. *Aprovada por unanimidade dos presentes.* **2. Comunicações. Sr. Presidente:** Recebemos o
450 Ofício DG/RCP 025-2007 da Secretaria de Agricultura comunicando que a Secretaria seria representada
451 por Tomáz Schuch, Coordenador da Assessoria Jurídica nesta reunião do CONSEMA; recebemos também
452 um comunicado da URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai das Missões, onde o Prof.
453 Arnaldo Nogaró comunica que a Professora Elizabete Zanin estará impossibilitada de participar desta 93ª
454 Reunião, tendo em vista que ela se encontra em período de férias; recebemos também o Ofício 291/2006
455 do Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas, membro da Assembléia Permanente de Defesa do Meio
456 Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul vem exigir a aplicação imediata da Resolução 107, que
457 normatiza o princípio da representatividade prevista na Lei 10230. Desta forma: “solicitamos que seja
458 empossadas imediatamente as cinco entidades ambientalistas e o afastamento da Amigos da Floresta”. Só
459 dando o retorno de Plenário de que este assunto foi encaminhado à assessoria jurídica da SEMA e nós não

460 temos como nos manifestar sem que haja o retorno da assessoria jurídica da SEMA e da PGE. Comunicar
461 também um Ofício recebido da FAMURS, onde ela indica o Senhor João Luiz Bogorni para representar a
462 entidade na Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria. Da mesma forma um Ofício da
463 FECOAGRO, onde a FECOAGRO, diz: “Vimos, pelo presente, solicitar a Vossa Senhoria a inclusão da
464 Federação das Cooperativas Agropecuárias do Rio Grande do Sul como membro efetivo do Conselho
465 Estadual de Meio Ambiente. Entendemos que a FECOAGRO vem desenvolvendo um Programa Estadual
466 de Gestão Ambiental Cooperativa em parceria com a SEMA/FEPA, e assumiu a condição de
467 integradora de 37 cooperativas agropecuárias que aderiram ao programa. Estas cooperativas, na condição
468 de integradas, assumiram formalmente a disposição de colaborar para o processo de implementação de
469 licenciamento de todas as atividades, constante seus sistemas de produção e, em última análise, exercer
470 um papel fundamental na gestão ambiental das propriedades rurais. Nesse sentido, estamos-nos colocando
471 à disposição de Vossa Senhoria para a apresentação do programa, numa das reuniões do Conselho, para
472 conhecimento dos presentes”. Quanto ao convite à cooperativa, entendemos que não há problema, é só
473 uma questão de pauta. Agora, quanto à participação da cooperativa como membro efetivo do Conselho,
474 dependerá da alteração da lei, porque a lei estadual, que regra a existência do Conselho já estabelece isso
475 com firmeza. Recebemos também um e-mail, onde é colocado pelo Presidente da SALVE: “Caríssimo
476 Presidente do CONSEMA. Pelo presente, reiteramos o nosso pedido feito, no qual solicitamos
477 colaboração e interferência no sentido de viabilizar o cumprimento da lei quanto ao repasse dos recursos
478 referentes às medidas compensatórias, da GM, Gravataí, que até hoje não foram repassadas a ata do
479 Banhado Grande, conforme estabelecido. Saliento que a bacia do Gravataí, hoje em situação de
480 emergência, pelo contingenciamento dos recursos hídricos, poderia e deveria estar tendo um tratamento
481 responsável por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, não a de A, B ou C mas do Estado.
482 Cabe-nos cobrar”. Será encaminhado o ofício à SEMA, a Câmara de Compensação Ambiental.
483 Recebemos também um Ofício do CEA – Centro de Estudos Ambientais: “Prezados Conselheiros, CEA –
484 organização ecológica, não governamental, órgão máximo da política estadual do meio ambiente, com
485 fulcro no seu regimento interno, e nas demais disposições legais, vem lamentar e justificar sua ausência
486 voluntária na 93ª Reunião Ordinária desse Conselho, a ser realizada em 15 de fevereiro, por força,
487 reiteradas vezes mencionadas o Ofício 612/2006. Tal ofício representa a posição do Governo do Estado do
488 Rio Grande do Sul ao qual é expedida, pela primeira vez, por meio de documento inscrito, desde a
489 interrupção unilateral, e sem aviso prévio por parte da SEMA, do reembolso das despesas, da participação
490 das ONGs ecológicas do CONSEMA, obstruindo, após 10 anos de funcionamento deste colegiado
491 ambiental, o seu acompanhamento pleno, no marco legal vigente, pelo movimento ambiental gaúcho
492 atendendo contra os princípios constitucionais da participação popular na gestão pública, enfraquecendo a
493 democracia e o agir republicado. Entendemos ser, o citado documento, carecedor dos mínimos
494 fundamentos legais e constitucionais que dão vida jurídica aos atos administrativos, como foram, por
495 exemplo, a motivação e a fundamentação. Outrossim, lembramos que por força da Resolução CONSEMA
496 107, legal e democraticamente votada e aprovada, cabe à APEDEMA a indicação das ONGs ecológicas,
497 com representação dessas no colegiado ambiental, o que já foi devidamente encaminhado e até o momento
498 recebeu o legal e obrigatório tratamento administrativo, por quem de direito, ou seja, a Secretaria Estadual
499 de Meio Ambiente. Por fim, reitero que o presente seja lido na próxima reunião do CONSEMA e
500 registrado em Ata, conforme faculta o Regimento Interno e as demais posições vigentes. Assinado:
501 Antônio Soler”. Também recebemos um documento que chegou agora de tarde, não deu tempo para
502 imprimi-lo e tirar cópia para todos os Conselheiros, mas a gente vai encaminhar por e-mail, é um
503 documento encaminhado pela INGÁ – Estudos Ambientais, por meio do Cristiano, nosso Conselheiro, o
504 assunto é oleoduto nos Sinos e Gravataí e pede para a gente fazer a distribuição do documento, em anexo,
505 aos Conselheiros. É um documento bastante extenso, e que nós encaminharemos, conforme o pedido, a
506 todos os Conselheiros via e-mail. Também temos um ofício recebido da AGAPAN, que será objeto de
507 uma das pautas da nossa reunião, que é em relação à habilitação do município de Gravataí, que é o
508 Ofício CT02/2007, assinado pela Conselheira Edi e pelo Conselheiro Suplente, Renato. Este assunto não
509 vou ler agora, até porque todos os Conselheiros receberam este ofício, que é, na verdade, um parecer
510 referente à habilitação do município de Gravataí, e vai ser objeto da própria reunião. Recebemos também
511 o Ofício 01/07, assinado pela Conselheira Edi Xavier: “Prezado Senhor. A Assembléia Permanente de
512 Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul – APEDEMA, entidade que reúne organizações não-
513 governamentais, ambientais do Rio Grande do Sul solicita a exclusão das seguintes ONGs ambientalistas:
514 Centro de Estudos Ambientais, Movimento Roessler de Defesa Ambiental e imediata nomeação da Mira-
515 Serra, do Núcleo dos Amigos da Terra – NAT e a União Protetora do Ambiente Natural, de acordo com
516 Resolução 117”. Nós temos a informar que o assunto será encaminhada à SEMA para a devida

517 manifestação, colocar que a ONG Mira-Serra já foi nomeada, saiu no Diário Oficial. E a NAT, segundo o
518 que nós tínhamos entendido, e que nos foi orientado pela assessoria jurídica no ano passado, era de que
519 houve a indicação, por parte da APEDEMA, de cinco entidades, mas à medida que fosse havendo
520 vacância elas iam ocupando. Foi desta forma que foi sendo feito. Então, agora, a próxima a ser nomeada é
521 o NAT. Segundo o que foi colocado pela assessoria do CONSEMA, que a NAT é a próxima a ser
522 efetivamente nomeada. O Movimento Roessler já não é mais, porque formalmente já terminou o mandato.
523 Então, o segmento e a tese que se seguiu em relação ao assunto foi de que havia um mandato, e na
524 medida que o mandato fosse terminando, por indicação, tinham cinco entidades, então, foram sendo
525 nomeadas, foi esse o encaminhamento. Eu até entendo a posição de vocês, mas eu volto a colocar que este
526 assunto vai ter que ser novamente remetido à assessoria jurídica da SEMA para uma manifestação.
527 Também recebemos um Ofício do Daniel Andrade, que é o Secretário de Infra-Estrutura e Logística,
528 informando que o Engenheiro Adalberto Silveira Neto e o Engenheiro Edmundo Fortes da Silva serão os
529 representantes dessa Secretaria neste Conselho Estadual de Meio Ambiente. **3. Aprovação da Minuta de**
530 **Resolução encaminhada pela Comissão Eleitoral do CONSEMA. Sr. Presidente:** Vocês se lembram
531 que na reunião passada nós constituímos uma Comissão Eleitoral e que esta Comissão Eleitoral faria a
532 apresentação nesta reunião de uma Minuta de proposta de resolução para reger a nossa eleição. Vou pedir
533 para o Ivo, que neste grupo de pessoas foi escolhido o Presidente desta Comissão, para que ele faça a
534 leitura do encaminhamento e a leitura da proposta de resolução. **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Senhor
535 Presidente, demais Conselheiros. Nós tivemos uma reunião convocada pelo Presidente Valtermir.
536 Reuniram-se os quatro Conselheiros que compuseram a Comissão e eu fui escolhido como Coordenador e
537 nós tiramos uma proposta de resolução, sem número, por enquanto, e define critérios à eleição da
538 Presidência do CONSEMA. “O Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, no uso de suas
539 atribuições que lhe confere a Lei 10.330 de 27-12-94, resolve: art. 1º - a inscrição dos candidatos à
540 Presidência do CONSEMA estarão abertas de 1º a 20 de março do corrente de ano junto à Secretaria
541 Estadual do CONSEMA; art. 2º - a eleição para Presidência do CONSEMA realizar-se na data de 19-4-
542 2007, às 14h, na Rua Carlos Chagas, 55, 11º andar – auditório, em reunião extraordinária do CONSEMA”.
543 Esta data é a data da nossa reunião ordinária do CONSEMA, só que estamos propondo a reunião
544 extraordinária no início, às 14h, porque a eleição tem que ser numa reunião extraordinária. “Art. 3º - a
545 escolha do Presidente do CONSEMA dar-se-á por maioria simples dos votos, com “quorum” de 2/3 dos
546 Conselheiros conforme dispõe o art. 11, §3º do Regimento Interno do próprio CONSEMA; parágrafo
547 único – a votação para Presidente do CONSEMA dar-se-á de forma aberta; art. 4º - revogam-se as
548 disposições em contrário. Porto Alegre, maio de 2007, Valtermir Goldmeier, Presidente do CONSEMA”.
549 **Sr. Presidente:** Consulto o Plenário se há alguma discordância em relação à proposta feita pela Comissão
550 Eleitoral. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Na verdade, uma sugestão: as eleições do CONSEMA ocorrem a
551 cada dois anos. Então, para evitar que a cada dois anos a gente faça uma nova resolução estabelecendo a
552 data da eleição do CONSEMA, eu estou sugerindo que a gente fixe uma data, sempre no mês de abril, de
553 dois em dois anos, obviamente, obviamente, obedecendo o nosso Regimento Interno, sempre numa
554 reunião extraordinária do mês de abril, que vai ser subsequente sempre à reunião ordinária daquele mês.
555 Então, a gente já estabelece um prazo para que seja sempre feita no mês de abril, numa reunião
556 extraordinária, para não precisar de dois em dois anos fazer uma nova resolução para eleição do
557 Presidente, até porque a tua eleição, Valtermir, foi em março. E o próximo Presidente vai ser eleito em
558 abril e vai assumir em maio. Então, estamos sempre prorrogando um pouco o mandato do novo
559 Presidente. Então, para evitar este tipo de problema é melhor se fazer uma resolução automática. **Sr.**
560 **Presidente:** A sugestão da Edi é de que a gente retiraria a data e manteria a eleição da Presidência do
561 Conselho que dar-se-ia no mês de abril em reunião extraordinária do CONSEMA. E aí marcar-se-ia tão-
562 somente a reunião extraordinária sempre junto com a reunião do CONSEMA, que é o que acontece, e se
563 faz a reunião extraordinária primeiro e depois se faz a reunião ordinária. Na verdade, a proposta é tão-
564 somente a retirada da data e manter-se o mês, e fica abril do ano em que houver eleição. Eu entendo que lá
565 no parágrafo único, que diz: “A eleição da Presidência do CONSEMA dar-se-á de forma aberta ou por
566 aclamação”. Porque caso tenha um só candidato eu não vejo necessidade de se fazer votação. A gente
567 poderia incluir ou por aclamação ou por decisão do Plenário. Se um dos Conselheiros pedir que quer fazer
568 a votação, tem que ser feita a votação, está garantido. Mas poderia abrir a possibilidade, se não houver este
569 interesse, que a gente fizesse a eleição por aclamação. Então, lá no parágrafo único do art. 3º, ficaria:
570 “Dar-se-á de forma aberta ou por aclamação”. **Sr. Sérgio Cardoso:** Não mudaria muito deixar como está,
571 e deixa esta história de aclamação, porque se houver necessidade vai votação, é um Conselho pequeno,
572 democrático. E sempre propicia a votação, que é uma maneira dos Conselheiros se manifestarem, mais
573 pela boa causa da participação dos Conselheiros, vamos deixar a aclamação para outros eventos e vamos

574 deixar o processo de votação aberto e normal, assim como estava. A solicitação é que se fosse colocado
575 em votação, se houver necessidade. **Sr. Presidente:** Então, eu retiro a minha proposta, que eu acho que
576 isso é tipo da situação que a gente não tem como colocar via disputa interna. Concordo, Sérgio. Então,
577 terminadas as considerações, colocaremos em votação, senhores Conselheiros, senhoras Conselheiras, a
578 aprovação da resolução que define os critérios da eleição do Presidente do CONSEMA. Quem concorda
579 com a proposta apresentada se manifeste, votando; discordam, abstenções. Então, **aprovada**, por
580 unanimidade dos presentes. **4. Habilitação de Municípios. Sr. Presidente:** E dentro deste Item nós
581 temos a habilitação de alguns Municípios que nos passados os processos, e, desde já, eu passo a palavra
582 para o nosso amigo Niro Piper, Coordenador do SIGA e Presidente da Câmara Técnica. **Sr. Niro Afonso**
583 **Pieper:** Boa tarde a todos. Realmente, a primeira reunião que presidi foi onde foram aprovados estes dois
584 processos. Pergunto ao Presidente se encaminhamos primeiramente o Pedido de Vista, que está dentro da
585 pauta também ou os dois processos? **Sr. Presidente:** Pedido de Vista. **Sr. Niro Afonso Pieper:** Todos os
586 Conselheiros receberam o parecer do Pedido de Vista. Eu não tenho nada a acrescentar a respeito do
587 parecer, porque, na verdade, a SEMA, por meio da Comissão, já havia feito o seu parecer, poderá
588 inclusive admitir alguns dos questionamentos feitos, mas não entendemos que seja óbice, assim como não
589 entendemos algumas coisas que colocamos em relação a outros Municípios, em outras reuniões, de coisas
590 detectadas nos processos dos Municípios. Mas, neste caso, não era óbice, e não vemos como óbice
591 também os apontamentos feitos no parecer referido. Eu retornaria à coordenação ao Presidente para que,
592 se houver a manifestação de algum outro Conselheiro a respeito do parecer. De parte da Câmara Técnica
593 sequer foi analisado porque também já havia encaminhado ao Plenário. **Sr. Presidente:** Então, passando
594 ao Pedido de Vista, eu gostaria de imediatamente passar a palavra à AGAPAN, que foi a solicitante do
595 Pedido de Vista, para a sua manifestação, e, em seguida, a gente retorna o assunto para deliberação. Por
596 favor, Edi. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Na verdade, eu não entendi, Pieper, o que tu deste em relação ao
597 nosso parecer. A Comissão aprovou, vocês aprovaram, como é que é o nosso parecer? **Sr. Niro Afonso**
598 **Pieper:** Presidente, na verdade, a Câmara Técnica e a Comissão não tornaram a analisar porque já
599 encaminharam ao Plenário. Então, o assunto está no Plenário, apenas me manifestei como Presidente,
600 como representante e até pela SEMA, ratificando o que nós já encaminhamos ao Plenário e que,
601 possivelmente, haja alguma razão em um ou outro ponto do parecer, mas isso está sendo discutido no
602 Plenário. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Então, mantém a aprovação. A AGAPAN pediu Vista ao processo de
603 licenciamento de impacto ambiental do Município de Gravataí e a gente pediu Vista por um objetivo
604 específico: saber como que é que o Município, que, tem um dos recursos hídricos mais importantes e tão
605 ameaçados no nosso Estado, estaria lidando com esta questão. E nos deparamos com um Plano Ambiental
606 deste Município totalmente em desacordo com a nossa resolução do CONSEMA, Resolução 111, que foi
607 aprovado por este CONSEMA. Em nenhum momento o Município atende ao que está estabelecido dentro
608 desta Resolução. Eu não vou aqui ler o nosso parecer porque todos tiveram acesso e todos receberam este
609 parecer. Então, todos sabem qual é posição da AGAPAN em relação a ele e quais são as falhas que nós
610 encontramos, falhas gravíssimas em relação ao Plano Ambiental do Município de Gravataí. Então, nesse
611 sentido, nós estamos fazendo um apelo, primeiro, ao Presidente da Câmara Técnica de Licenciamento de
612 Impacto Ambiental Local, que retire este processo de pauta e volte à Câmara Técnica de novo e que
613 atenda ao que foi estabelecido, principalmente na Resolução 111, que determina o que é um Plano
614 Ambiental e como ele deve ser feito. Caso a Câmara Técnica não queira fazer isso, daí nós entramos em
615 outro procedimento. Mas, primeiro nós estaríamos fazendo um apelo à Câmara Técnica, por meio do seu
616 Presidente, que o faça. Caso ele não queira retirar, nós vamos entrar num segundo momento. Então,
617 vamos discutir item-a-item do nos nossos questionamentos em relação ao licenciamento de Gravataí. **Sr.**
618 **Presidente:** Gostaria de pedir a manifestação novamente da Câmara Técnica, porque este processo deu
619 entrada no sistema por meio da SEMA. E aí por meio da SEMA ele foi encaminhado para o SIGA. O
620 SIGA fez uma avaliação, emitiu um parecer recomendando à Câmara Técnica que esta analisasse a
621 possibilidade da habilitação do Município de Gravataí. Este assunto saiu do SIGA, foi para a Câmara
622 Técnica e foi aprovado na Câmara Técnica de Gestão Compartilhada por unanimidade dos seus membros.
623 Quando chegou a Plenário, houve um Pedido de Vista, e, no Pedido de Vista, no parecer feito pela
624 AGAPAN, são colocadas as algumas incongruências. Então, são levantadas algumas situações em que há
625 a necessidade de eventuais esclarecimentos. Nós temos duas possibilidades em relação ao assunto: uma
626 delas, é de nós colocarmos em votação o parecer da AGAPAN e a gente acata o parecer ou não, mas há
627 uma outra possibilidade: a Resolução 04 assim o permite, de que a gente aprove a habilitação do
628 Município com ressalva, dando ao Município um prazo de 180 dias para corrigir e averiguar as
629 incongruências levantadas. São duas possibilidades que nós temos de encaminhamento. Então, primeiro,
630 há a necessidade de se colocar que tecnicamente o processo andou correto, ele passou por todas as

631 instâncias que tinha que passar. Eu esqueci de referir que esse aspecto do Município, antes de chegar à
632 Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, ele também é analisado pela Assessoria Jurídica da SEMA.
633 Então, é feito todo um procedimento técnico no sentido de resguardar que legalmente o trâmite ocorreu.
634 O Plano Ambiental é um dos aspectos que são analisados, vamos deixar isso bem claro que são 7 ou 8
635 aspectos que o Município tem que adequar-se. Mas, nós estamos diante de uma situação que nós temos
636 que nos entender. Ou a gente retorna o assunto para a Câmara Técnica, para depois retornar ao Conselho,
637 ou então a gente acata o parecer imediatamente da solicitante de Vista, aprova o Município, ou seja,
638 autoriza-o a efetuar o licenciamento ambiental e a habilitação e o Município passa a ter 180 dias para
639 melhorar as incongruências citadas. Então, é nesse sentido que eu gostaria de discutir. **Sr. Niro Afonso**
640 **Pieper:** Senhor Presidente. A nossa intenção não é, de nenhuma forma, ignorar o parecer. E sugiro até
641 mais em relação a sua segunda proposta, Presidente, de que não seja em 180 dias. Como há contraposição
642 de um parecer e de um parecer da Comissão, que foi aprovado na Câmara Técnica, que seja votada a
643 habilitação para não interromper um trabalho que vem sendo feito, para possibilitar o avanço na gestão
644 ambiental no Município e no Estado e que não seja em 180 dias, mas que retorne imediatamente para
645 revisão dos tópicos, tão-somente dos tópicos, haja vista que são extremamente pontuais, alguns de
646 nomenclatura, como os senhores podem ter visto, e eu não gostaria que, sem a análise mais profunda
647 destes tópicos, que nós simplesmente acatássemos o parecer do Pedido de Vista. Eu estou propondo uma
648 terceira via: que se vote e que não seja necessário 180 dias, adequação ou concessão de 180 dias. Que
649 antes inclusive de retornar ao Município para as complementações, como os senhores poderão ver que há
650 inclusive recomendações nos outros dois processos e nos outros dois encaminhamentos concedendo 180
651 dias, que, neste caso, a verificação da consistência ou não do parecer, da contraposição dos dois pareceres,
652 seja feito imediato pela Câmara Técnica, sustentando, mais uma vez, que eles não são óbice à habilitação
653 do Município. **Sra. Lisiane Becker:** Como eu também sou bióloga, eu vi, neste parecer, coisas graves,
654 realmente, graves, porque eu não imagino, aliás, imaginava, o Município de Gravataí, com a Fundação
655 que eu conheço, ter erros tão gritantes, como confundir lagarto, não saber nem qual é a fauna, colocar
656 hipopótamo como animal exótico incluído no Município. Isso é alguém que não sabe o que está fazendo.
657 E eu não sei porque vinha com o carimbo da Universidade, mas, realmente, há erros alarmantes. Há gato e
658 cachorro como animais domésticos, o resto não conta. E além de não ter idéia do que é o Sistema Nacional
659 de Unidades de Conservação e nem do Sistema Estadual, porque há graves falhas entre o que é Unidade
660 de Conservação. A única Unidade de Conservação que é citada não é bem assim, não está só em Gravataí.
661 Então, há profundos erros que eu não vejo como creditar um Município desse porte, que tem uma equipe,
662 que inclusive tem motorista nomeado como fiscal ambiental, que isso possa ser aprovado. Realmente, eu
663 não entendo, esperava bem mais do Município de Gravataí, esperava uma qualidade maior no Plano
664 Ambiental, até porque a Resolução CONSEMA 011 estabelece as diretrizes e coloca que deverá, não é
665 pode ser, focar os objetivos, instrumentos e cronogramas de implementação das medidas, coisa que eu
666 também não vi. “O Plano Ambiental deverá contemplar esta elaboração as fases diagnóstico, definição
667 dos programas, projetos e prioridades e do cronograma de implantação”, que também não está na
668 presença. Portanto, como não houve cumprimento, eu não acredito que um Município, que faça este tipo
669 de Plano, tenha condições de efetuar licenciamentos, já que não conhece a fauna, não conhece a flora, não
670 conhece as suas unidades de conservação e tem problemas também na parte geológica de licenciamento.
671 Então, deixo esta minha colocação. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** No nosso entendimento, Valtemir, são
672 coisas contraditórias. A nossa posição é pedindo ao Plenário que se rejeite esta habilitação do Município
673 de Gravataí e retorne à Câmara Técnica. Essa é a nossa posição. Este Plano, da maneira como está, nós
674 não daríamos o prazo, não queremos dar 180 dias para o Município de Gravataí. Nós queremos que o
675 Município de Gravataí refaça o seu Plano e ele seria de novo analisado, e aí passa por todo o trâmite legal
676 que tem que ser feito e nós vamos tentar acompanhar, na medida do possível, dentro da Câmara Técnica,
677 que nesta ocasião não foi possível. Eu concordo plenamente com a Lisiane, do Mira-Serra, falou, não são
678 problemas pequenos, são problemas gravíssimos, de fato são, e são conceituais, e são erros, do que é uma
679 unidade de conservação, o que é fauna, o que é flora, a questão dos recursos hídricos, a questão dos
680 resíduos sólidos, acho que há vários problemas neste Plano Ambiental. Então, eu faria um apelo,
681 inclusive, acho que até para o próprio Município de Gravataí, que é um Município tão conhecido, que ele
682 próprio chamasse para si e quisesse, de fato, refazer este licenciamento, porque isso aí, em termos
683 jurídicos, vai entrar noutra instância, se não for aqui no CONSEMA. Agora, retomado para a Câmara
684 Técnica, eu afirmo para os senhores que isso vai entrar em outras instâncias, e daí vai ser a instância
685 judicial. **Sr. Presidente:** O Conselheiro Sérgio gostaria de se manifestar, em nome de Gravataí, nosso
686 Conselheiro dos Comitês de Bacias, mas também integrante da equipe do Município. Por favor, Sérgio.
687 **Sr. Sérgio Cardoso:** Sou ex-integrante da equipe do Município, não tenho mais vínculo com a Fundação,

688 mas estava a frente na época do Plano Ambiental. Mas, lemos atentamente todas as observações, o
689 Município não vai polemizar com quem quer que seja, e não vamos entrar no mérito das questões
690 pontuais. Nós encaminhamos ao Sistema de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul um processo, que ficou
691 um ano dentro desta Casa, exatamente um ano, e quando estava prestes a sair, na verdade, em dezembro
692 foi feito o Pedido de Vista, e, como dentro da legalidade e da competência dos Conselheiros, o Município,
693 na verdade, fez, durante este período, uma preparação de um processo sobre licenciamento ambiental,
694 tínhamos uma questão do Conselho, da composição, a história da CORSAN, e que estava sendo
695 contabilizado que era Governo, mas era Governo Estadual, e foi reformulada a Lei do Conselho, foi
696 ajustada como deveria ser. O Município fez todos os trâmites legais também para poder se adequar, tanto
697 da questão de quadro, da previsão de orçamento. Saiu a Fundação de um orçamento de R\$400.000, 00
698 para R\$1.900.000,00, orçamento aprovado pela Câmara de Vereadores do Município de Gravataí .
699 Estamos com um processo de concurso aberto para colocar os quadros efetivos. Então, Presidente, na
700 verdade, admitindo algumas coisas que possam ser melhoradas dentro do processo, sem problema
701 nenhum, e dizer que a AGAPAN, e as ONGs sabem da minha posição, o que pode ser melhorado tem que
702 ser melhorado. Mas agora, nós colocamos a questão do Município, que faz um ano que o processo está
703 aqui dentro da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, e nós pedimos que seja aprovado, o Município não
704 se recusa a, em nenhum momento, fazer adequações que tenham que ser feitas. E se isso implicar, na
705 verdade, melhoraria da questão ambiental, os técnicos da AGAPAN poderão sentar com os técnicos à
706 disposição da Fundação, porque aí é conversa, mas há um sistema montado no Estado do Rio Grande do
707 Sul. E se esse sistema, na verdade, não se valer de toda a estrutura que foi passada aqui dentro, não tem
708 problema nenhum. Há alguns erros que existem, podem ser melhorados, têm que ser admitidos, houve
709 alguns problemas, podem haver encaminhamentos diferentes, olhares diferentes. E as pessoas que fizeram
710 o parecer da AGAPAN vão-se sentar com as pessoas que trabalharam dentro do processo e, se houver a
711 necessidade, vão se chamar os técnicos, que estão aí indicados no Plano Ambiental, para fazer um
712 confronto. Então, Presidente, não vamos conflitar com nada, e nós solicitamos a este Conselho a
713 aprovação deste processo e que se seja encaminhada a proposta do Pieper à Câmara Técnica deste Conselho
714 e que sejam feitas as adequações. Quanto à questão da manifestação da Conselheira Edi, não temos
715 problema algum, Conselheira, quanto as questões de outras esferas. Eu fico muito tranquilo, porque todo o
716 processo foi feita da maior clareza e transparência pelo perfil das pessoas que conduziram o processo. Se
717 houver outra interpretação que arrebe com este Conselho ao meio, eu deveria ter feito, quando poderia
718 ter entrado com uma medida liminar para poder fazer com que o Município assumisse, dentro de um outro
719 parecer da FIERGS, outra vez. Nós não queremos destruir o sistema de meio ambiente, e toda a vez que a
720 gente não consegue resolver as coisas, dentro de um processo onde a gente está, a gente procura as linhas
721 judiciais. Entendemos que não é este caso do Município de Gravataí. Temos um perfil lá de quem atua e
722 da seriedade de quem atua. Se há questionamento quanto à seriedade e a questão ética das pessoas que lá
723 atuam, isso deve ser feito em outra instância. Nós não temos problema nenhum de fazer esta discussão.
724 Agora, sabemos que queremos assumir o licenciamento, é uma atribuição a mais para o Município, é mais
725 um fardo para o Município, mais uma incomodação para o Município, mas não queremos fugir da
726 responsabilidade. Em nosso entendimento a Prefeitura de Gravataí já deveria ter assumido este
727 licenciamento há muitos anos, mas, como sempre, tudo na vida tem os que querem e os que não querem.
728 Nós fizemos uma condução no processo na Prefeitura, na Fundação, e nos últimos dois anos para fazer
729 isso. Então, pedimos a colaboração dos Conselheiros, que nos dêem um voto de confiança, que aprove o
730 processo e dentro do que tiver que ser consertado, e houver este entendimento, porque há o entendimento,
731 nem sempre, de um único lado, e tem outro olhar pelas coisas, a gente vai-se adequar sem problema
732 nenhum. O que nós queremos aqui é fortalecer o sistema de meio ambiente do Rio Grande do Sul,
733 queremos fortalecer a legitimidade das entidades e com certeza não vai ser a Prefeitura de Gravataí que
734 vai vim para romper com isso. Não o fizemos, tanto que encaminhamos todos os trâmites normais e o
735 processo ficou aqui dentro um ano. **Sr. Presidente:** Vou lembrá-los, primeiro: a colocação do Pieper em
736 relação a menos de 6 meses. Na verdade, a colocação de 180 dias é o que está na resolução do
737 CONSEMA. Então, não se mexe na resolução. A resolução está ali, diz isso, e se fizer em 5 dias, ótimo!
738 Mas a resolução diz até 180 dias. Então, eu só estou reproduzindo aqui o que a legislação estabelece e nós
739 aprovamos mais de 20 habilitações de Municípios com ressalvas. Segundo, o parecer da AGAPAN
740 levanta incongruências e que têm que ser discutidas na base técnica, mas no tocante ao Plano Ambiental.
741 Os outros itens todos constantes da resolução do CONSEMA, que normatiza a habilitação, foram
742 cumpridos. Então, nós estamos diante de uma votação, que temos que fazer no Conselho, se a gente
743 coloca o Município de Gravataí em votação, e aí se colocarmos, será com as ressalvas ou se nós não
744 colocamos o Município em votação, neste instante, e retornamos à Câmara Técnica. Então, temos que

745 fazer duas votações. Houve um apelo, por parte da Edi, de que não houvesse a habilitação, mas existe, por
746 outro lado, a manutenção de uma posição, tanto da Câmara Técnica, quando do Município, que entendem
747 que todos os trâmites foram seguidos, eventualmente, possa existir algumas desconformidades técnicas
748 que teriam prazo para resolver. Então, nós estaríamos diante destas duas opções. Então, neste momento,
749 eu gostaria de saber se algum dos Conselheiro tem alguma outra alternativa a ser seguida neste caso. **Sra.**
750 **Edi Xavier Fonseca:** A nossa posição é a seguinte: cumprir o Regimento. Votamos o Pedido de Vista da
751 AGAPAN, o parecer da AGAPAN, se o Conselho aprova ou não. Se o Conselho aprovar o parecer da
752 AGAPAN, este processo sai de pauta e volta para a reunião do CONSEMA. Ou o CONSEMA assume a
753 responsabilidade de votar todo um processo de licenciamento ambiental, que não é só a Resolução 111,
754 que estamos questionando, é a 104 também, que não está sendo obedecida, mas nós estamos falando
755 pontualmente aqui, estamos dando um destaque na Resolução 111, porque o Plano Ambiental, em nenhum
756 momento, foi cumprido por licenciamento. Então, é todo um processo de licenciamento ambiental do
757 Município de Gravataí que nós estamos questionando. Então, eu gostaria que fosse cumprido o
758 Regimento, que fosse votado o parecer da AGAPAN. **Sr. Presidente:** Desde já, Edi, posso-te colocar o
759 seguinte: o Conselho, mesmo que venha a rejeitar a solicitação de que o Plano seja totalmente rejeitado, e
760 vamos que o Conselho decida pela derrubada do parecer da AGAPAN, mesmo assim o Conselho pode
761 recomendar que o parecer da Gravataí seja analisado e que o parecer da AGAPAN seja analisado e que o
762 Município tenha 180 dias para fazer a averiguações em função do parecer apresentado, mesmo que ele
763 tenha sido derrubado, que ele pode ser como recomendação da Presidência do Conselho, num segundo
764 momento. Então, consideradas as colocações, não temos outro caminho a fazer. Colocamos, então, em
765 votação, Senhores Conselheiro o parecer da AGAPAN. Vamos fazer duas votações: quem concorda e
766 quem não concorda. Quem concorda com o parecer da AGAPAN se manifeste votando: 4 (quatro) votos
767 favoráveis. Quem discorda e rejeita o parecer feito pela AGAPAN: 11 (onze) votos; Abstenções: 3 (três).
768 A situação ficou, assim: concordam com o parecer da AGAPAN 4 votos; discordam, 11 e abstenções, 3.
769 Fica, desta forma, pela Plenária do Conselho Estadual do Meio Ambiente deliberado que o Conselho
770 desconsiderou e não aprovou o parecer efetuado pela AGAPAN no sentido da não-habilitação do
771 Município de Gravataí. Agora, vamos discussão sobre a votação para habilitação do Município de
772 Gravataí. Faço a consulta ao Plenário se os Conselheiros entendem que a gente deva colocar isso em
773 votação ou retornar à Câmara Técnica. De novo, vamos fazer duas votações: quem dos Conselheiros
774 presentes nesta reunião, deseja que o processo retorne à Câmara Técnica para depois retornar ao Plenário
775 do Conselho: 5 (cinco) votos; quem concorda em colocar imediatamente em votação e aprovar a
776 habilitação do Município de Gravataí para o licenciamento ambiental, com ressalvas: 12 (doze) votos.
777 Então, a votação ficou: o Município de Gravataí ficou habilitado com 12 votos favoráveis e 5 votos
778 contrários, mas com a ressalva de que o processo retornará à Câmara Técnica esperando a
779 complementação devida e de que todos os pontos levantados no parecer feitos sejam esclarecidos. **Sra.**
780 **Edi Xavier Fonseca:** Vai ser uma coisa inédita aqui, pela primeira vez nós vamos habilitar um Município
781 sem Plano Ambiental, quer dizer, uma coisa meio esdrúxula, mas, tudo bem, o Conselho está assumindo
782 esta responsabilidade de nós estarmos licenciando um Município sem que este Município tenha um Plano
783 Ambiental. Então, eu gostaria de deixar este registro aqui e dizer do nosso constrangimento de hoje estar
784 aqui representando a AGAPAN neste Conselho com a habilitação do Município de Gravataí tendo sido
785 votada desta maneira. **Sr. Sérgio Cardoso:** Só vou colocar, dentro dos trâmites administrativos, que o
786 Município gostaria de ser pautado pela Câmara Técnica após a confrontação das informações e que esta
787 confrontação das informações nós só vamos fazer contra o Município aí então em função do parecer da
788 Câmara Técnica. Só para reafirmar que nós não nos omitimos, em nenhum momento, de fazer qualquer
789 discussão e também continuamos entendendo que isso não vai prejudicar. Muito mais prejudicado está do
790 que os licenciamentos que, muitas vezes, são feitos pelo Estado lá dentro do Município, e nem muito vai
791 prejudicar os trabalhos que são apresentados para licenciamento ambiental hoje aqui dentro da FEPAM,
792 então, para nós este entendimento é muito bem claro. Só gostaria também de reforçar que a questão da
793 Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Gravataí, que lá dentro tem um Conselho
794 Municipal de Meio Ambiente, o Município tem participação de entidades. E eu acho que este Conselho
795 não pode se dar ao luxo de ser um Conselho Municipal, um Conselho fictício. Ele foi reestruturado, todas
796 as informações do Conselho estão na Fundação e se tiver que fazer algum processo de fiscalização, nada
797 mais que um Conselho Municipal de Meio Ambiente de Gravataí também para reforçar esta participação
798 e esse envolvimento de fiscalização da sociedade junto ao Governo Municipal. **Sr. Presidente:** Agradeço.
799 Gostaria de esclarecer para não ficar pairando no ar de que nós aprovamos a habilitação de um Município
800 sem um Plano Ambiental. Na verdade, no processo tem um Plano Ambiental, que vai das Páginas 198 até
801 394. Faço questão de frisar, nós até podemos não concordar com o documento técnico que está aqui,

802 agora, Plano Ambiental está aqui dentro. Então, e todos os trâmites e as exigências legais do rito
803 estabelecido estão no processo, inclusive eu vou ler para vocês que é o Processo Administrativo
804 000106/05.00/06-7. E aí estes documentos estão todos nestes dois volumes, que foram gerados, e que
805 geraram, entre outras coisas, não é só o Plano Ambiental, é toda a normativa exigida. Então, eu só
806 gostaria de esclarecer porque até entendo a posição da AGAPAN, e não discuto esta posição, só gostaria
807 de colocar que nós até podemos divergir do Plano que está aqui. Agora, que tem um Plano aqui dentro,
808 tem. Então, só gostaria de colocar isso dessa forma, até porque pela manifestação feita foi dito que não
809 tinha Plano Ambiental, que nós aprovamos um Município sem Plano Ambiental. Então, só tomo a
810 liberdade, não entro na discussão, se eu concordo com a manifestação, até porque não me cabe. Eu, como
811 Presidente, só teria que votar como “voto de minerva”, então, neste momento, não vou externar o meu
812 voto, mas só gostaria de deixar isso bem claro que isso existe no processo e para que não paire, perante a
813 sociedade, de que este Conselho Estadual de Meio Ambiente está aprovando alguma coisa em
814 contrariedade ao rito que nós mesmos estabelecemos. Então, eu só gostaria de fazer este esclarecimento.

815 **Sr. Ivo Lessa Silveira Filho:** Presidente, demais Conselheiros, é bem dentro da forma que o senhor
816 colocou: eu também entendo que a votação de aprovar o licenciamento ambiental de Gravataí com as
817 ressalvas vem bem ao encontro. No momento que se coloca que não tem Plano Ambiental, acho que nós
818 estamos falando muito mal dos nossos companheiros do Conselho, que analisaram este projeto, dentro de
819 uma Câmara Técnica, mandaram para cá. Eu não aceito esse tipo de afirmativa dizendo que o Conselho
820 não deveria ter aprovado. Acho que existe o Plano Ambiental, embora a gente possa concordar ou não
821 com ele, mas eu entendo que nós temos que ter respeito com as nossas Câmaras Técnicas aqui do
822 CONSEMA. Por isso o meu voto é a favor da aprovação do Plano Ambiental de Gravataí. **Sra. Edi**
823 **Xavier Fonseca:** Eu só queria dizer o seguinte: nós consideramos que esse não é um Plano Ambiental
824 porque ele não conhece legislação, não se reconhece, ao ler este Plano, com um Plano com as regras que
825 têm a nossa legislação ambiental brasileira. Não é um Plano Ambiental, não é um Plano Ambiental
826 segundo a Resolução 011 do CONSEMA, o processo todo está em desacordo com a Resolução 04 deste
827 CONSEMA, de 2000. Então, todo o processo de licenciamento de Gravataí está em desacordo com estas
828 nossas próprias resoluções, que nós mesmo votamos, sem falar que este Plano Ambiental desconhece
829 legislação ambiental brasileira em relação às questões ambientais: a lei do SNUC, o Código Florestal
830 Brasileiro, que é de 1965, anterior até, então, é um desconhecimento total. Esse Plano, infelizmente, o
831 pessoal não leu, está votando algo que não leu, infelizmente, é uma vergonha! **Sr. Presidente:** Antes de
832 passar adiante na pauta, eu gostaria de colocar a todos a presença do Diretor-Presidente da Fundação
833 Municipal de Meio Ambiente, o Substituto do Diretor-Presidente, o Senhor Márcio Becker e também
834 lembrar a presença do Secretário de Serviços Urbanos de Gravataí, Paulo Bones e também o nosso
835 Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Gravataí, ele me pediu para se manifestar.
836 Presidente, eu vou-lhe abrir a exceção, normalmente a gente não coloca a palavra à disposição, mas
837 considerando que o senhor é um dos nossos Presidentes dos nossos Conselhos, pode fazer uma pequena
838 manifestação, mas lembrando que temos outros assuntos em pauta. Por favor. **Sr. Presidente do**
839 **Conselho Municipal de Meio Ambiente de Gravataí:** Boa tarde a todos. Senhor Presidente, obrigado
840 pela deferência, Senhores Conselheiros, a nossa Secretária, até há pouco presente. Em nome dos 20
841 Conselheiros do nosso Conselho Municipal de Meio Ambiente, eu gostaria de manifestar o meu
842 agradecimento, o agradecimento pessoal dos nossos Conselheiros do nosso Município. Realmente,
843 tramitou durante mais de um ano este processo aqui dentro do Conselho. Nós temos, dentro do nosso
844 Conselho, a presença da OAB. Temos a presença da Universidade e temos a presença de técnicos na
845 região. E o Plano foi elaborado, realmente, por técnicos, pessoas competentes. Nós não vamos entrar no
846 mérito, mas agradecemos, realmente, o bom-senso que prevaleceu aqui nesta tarde. Realmente, colocamo-
847 nos à disposição, como Presidente do Conselho. Não temos interesse político algum na aprovação deste
848 Plano. O nosso interesse é exatamente o desenvolvimento sustentável do Município e da região. Então,
849 colocamo-nos à disposição nas reuniões do Conselho e também a minha pessoa em particular. Era isso.

850 **Sr. Presidente:** Agradecemos e nos colocamos à disposição em colaborar. E estaremos encaminhando,
851 imediatamente, a documentação e o ofício pedindo as retificações que foram apontadas. Gostaríamos
852 também de relatar a presença em Plenário do Prefeito de Ronda Alta, Sr. Luiz Antônio Liberati, que eu sei
853 que é uma deferência do Prefeito estar aqui entre nós, porque hoje a gente sabe que os Prefeitos estão
854 mobilizados em relação a um ato público em frente ao Palácio Piratini e a gente agradece, Prefeito. A
855 gente sabe da luta que os Prefeitos estão tentando buscar um encontro de contas no sentido de fazer com
856 que, mais uma vez, os Municípios não tenham que pagar o encargo de coisas que não lhe competem.
857 Vocês todos terão acesso à imprensa amanhã destas manifestações. Então, vencido este ponto de pauta, eu
858 passo a palavra para o Pieper, que nós temos mais dois Municípios que foram aprovados na Câmara

859 Técnica, para que ele faça um relato e aí depois a gente passa para a respectiva votação. **Sr. Niro Afonso**
860 **Pieper:** Eu não quis me escrever novamente a respeito de Gravataí. Eu só quero dizer que a nossa equipe
861 técnica está à disposição para colaborar neste processo e dizer para a Conselheira Edí que constrangido
862 estou eu a respeito de tantos e tantos planos ambientais aprovados aqui, alguns há três ou quatro anos com
863 duas páginas. Faço este registro. Passo a leitura do encaminhamento do processo de Ronda Alta, que teve
864 a sua documentação analisada em 15 de janeiro na Comissão de Municipalização, onde foi lido o relatório
865 parecer e recomendado o encaminhamento ao Plenário do CONSEMA. Em 8 de fevereiro foi na 88ª
866 Reunião Ordinária da Câmara Técnica, o pedido foi examinado e submetido à votação tendo sido
867 aprovado por unanimidade e adicionado algumas informações ao parecer, os senhores receberam uma
868 complementação também desse encaminhamento e de pendência já na Câmara Técnica foi verificada a
869 necessidade de realização do zoneamento ambiental para atender plenamente a Resolução 011 do
870 CONSEMA. Então, em face ao exposto, a documentação do parecer é favorável à habilitação do
871 Município de Ronda Alta para o exercício de licenciamento das atividades de impacto local de acordo com
872 a Resolução 04 e 011, a Câmara Técnica encaminha ao Plenário para votação. Como é de praxe a votação
873 em bloco, vou tomar a liberdade de ler também o encaminhamento de outro Município, o Município de
874 Vista Alegre. Esse processo foi analisado na reunião de Comissão de Municipalização em 01-02-2007 e
875 também analisado na Câmara Técnica em 8 de fevereiro. Quanto a este Município, e aí informo a este
876 Plenário que os encaminhamentos da Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, inclusive a pedido da
877 Secretaria e a pedido do SIGA para a facilidade da cobrança, Senhor Presidente, daquelas pendências, que
878 ficaram mais claras, elas estão especificadas no encaminhamento da Câmara Técnica. Então, eu vou ler o
879 que são os tópicos, os pontos em que não foi visto óbice à habilitação mas que já apontados nos
880 documentos técnicos a omissão de diagnóstico do aquecimento de água neste Município de Vista Alegre,
881 a ausência da nominação dos terceiros contratados para solução de resíduos sólidos e as respectivas
882 licenças ambientais, o Plano descreve o seu planejamento de resíduos mas não nomina e nem dá a
883 qualificação das licenças. Há necessidade de esclarecimentos quanto à escala cartográfica apresentada, a
884 profusão de mapas no processo, mas, como eles são digitais, eles não foram apresentados na forma em que
885 a Câmara Técnica entende que é a mais ideal. Então, foi feito um pedido de esclarecimento e também, a
886 exemplo de Ronda Alta, a ausência de zoneamento ambiental. As demais informações estão naquele
887 parecer padronizado, que os senhores recebem. O Município de Ronda Alta é um pouquinho maior, os
888 dois têm a característica agropecuária, que é mais dos nossos Municípios do interior do Estado. O
889 Município de Vista Alegre, apenas para registrar, é um Município que tem apenas em torno de 3 a 4 mil
890 habitantes, mas, mesmo assim, atendeu as resoluções deste Conselho, especialmente as Resoluções 04 e
891 011. **Sr. Presidente:** Senhores Conselheiros, Senhoras Conselheiras, alguma manifestação sobre estes
892 dois processos? Algum pedido de vista? Não havendo, passamos para o regime de votação. Quem
893 concorda com a habilitação dos Municípios de Vista Alegre e Ronda Alta pedimos que se manifestem
894 votando: quem discorda? Abstenções (3). *Aprovado*, por maioria. Então, acabamos de aprovar a
895 habilitação de três Municípios neste Conselho Estadual de Meio Ambiente. **6. Apresentação de proposta**
896 **de Resoluções. Sr. Presidente:** Eu gostaria de fazer um breve histórico, que as duas propostas de
897 resolução que esta Presidência apresenta e que a gente coloca para a Plenária para que possamos deliberar
898 qual o encaminhamento a ser adotado, uma delas é no tocante à criação de uma Câmara Técnica neste
899 Conselho visando o licenciamento ambiental porque o licenciamento ambiental hoje, no Estado, é
900 prerrogativa da FEPAM, mas há documentos autorizativos que também não são efetuados pela FEPAM,
901 são, eventualmente, efetuados pelo DRH ou pelo próprio DEFAP. E, algumas vezes, tantos os técnicos
902 que trabalham no dia-a-dia no licenciamento têm as suas dúvidas, e, eventualmente, acabam rejeitando ou
903 licenciando um processo com algumas dúvidas, e nós tivemos, nos últimos meses, a inclusão de alguns
904 técnicos na situação de serem investigados, nós entendemos que esta idéia de se ter uma Câmara Técnica
905 no Conselho seria uma alternativa a evitar que, eventualmente, ou indefira um processo, sem a devida
906 razão, ou se licencia e depois se veja que o licenciamento foi errado. Então, neste contexto, a Secretaria
907 Executiva distribuiu para todos da proposta de criação de uma Câmara Técnica voltada ao licenciamento
908 ambiental. Entendo que nós, neste momento, não teríamos maiores encaminhamentos a não ser
909 encaminhar esta proposta para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, porque, afora isso, não se tem
910 maiores encaminhamentos. E não é em Plenário que a gente poderia resolver isso. E também tomei a
911 liberdade de encaminhar uma proposta de resolução que autoriza os entes licenciatórios, no caso das
912 estações de tratamento de esgoto, em especial, as redes de esgotamento sanitário, que elas possam ser
913 licenciadas no sistema misto. Hoje não temos essa prerrogativa e aí buscamos o ideal: olha, para tudo tem
914 que ter rede separadora e não temos recursos para tudo e não se faz nada. Dentro deste contexto é que a
915 gente veio e isso é um pedido maior dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos, principalmente, de que a

916 FEPAM considere a possibilidade e nós, do CONSEMA, por meio dessa resolução, estaríamos dando, aos
917 entes federados licenciatórios. No caso, em especial, a FEPAM, autorização para que ela pudesse
918 licenciar obras de esgotamento sanitário utilizando-se rede mista, não necessariamente, rede separadora
919 absoluta. Isso eu entendo que é algo emergencial e é para as áreas urbanas consolidadas. O que você vai
920 fazer novo, vai ter que entrar na metodologia nova. Agora, em áreas urbanas o que acontece hoje? Nós não
921 temos recursos para fazer as estações de tratamento de esgoto e as redes. E aí acontece o que aconteceu em
922 Porto Alegre. Se fez uma quantidade enorme de redes e não se fizeram as redes. Hoje, todo o esgoto
923 sanitário de Porto Alegre vai para o Guaíba, desce perfeitamente para o Guaíba, e as estações custam
924 muito caro: desmontar calçamento, fazer, remontar, quer dizer, você tem que desmontar a cidade e
925 remontá-la novamente. E a gente sabe que nem o Estado e nem os Municípios estão com recursos
926 suficientes para fazer isso. Então, a idéia era de se aprovar uma resolução, e eu gostaria de pedir que a
927 gente aprovasse o encaminhamento destas duas resoluções e mais a revitalização, a renovação, o
928 melhoramento da 104 para a nossa Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, mas que a gente votasse, aqui
929 em Plenário, uma situação, que estes três assuntos sejam prioritários e que a Câmara Técnica nos dê um
930 retorno para a próxima reunião. E aí, lá na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos esse assunto será
931 discutido, se houver alguma incongruência. Então, gostaria de saudar também a presença do nosso
932 Coronel Juarez, integrante deste Conselho, e que nos honra com a sua presença. O Coronel pediu a
933 palavra. **Sr. Juarez Fernandes de Souza:** Senhor Presidente. Até acredito, para que a gente possa fazer o
934 encaminhamento de forma que não constranja a nossa assessoria jurídica, eu gostaria que a FEPAM se
935 manifestasse, porque eu estou acreditando que esta resolução entra nas atribuições da FEPAM de
936 licenciamento ambiental. Acho que é uma competência da FEPAM e eu pediria que a FEPAM, pois temos
937 aqui o Presidente, temos o Jackson, temos a própria Secretária, que se manifestasse pois senão estamos
938 encaminhando um documento que já nasce com vício de origem. Então, é essa a nossa sugestão. **Sr.**
939 **Renato Breunig:** Como isso está sendo encaminhado ao Jurídico do CONSEMA, eu acredito que a
940 discussão inicial vá se dar lá, até porque nós tomamos conhecimento deste documento agora. Lá vai haver
941 a discussão e se eles entenderem ser possível ou não, irão exarar o parecer deles e, no próximo encontro
942 do CONSEMA, a própria FEPAM terá o seu posicionamento também. **Sr. Presidente:** Mas aí, Presidente
943 Renato, a gente faria o apelo para que houvesse a manifestação da FEPAM na Câmara Técnica de
944 Assuntos Jurídicos para que o assunto já viesse resolvido para cá. Eu sei que este pedido é atropelar um
945 pouco, mas faria o encaminhamento no sentido de que a FEPAM se manifestasse na Câmara Técnica. **Sr.**
946 **Renato Breunig:** Sim. **Sr. Presidente:** Ok, obrigado, Presidente. Juarez, entendo que o assunto vai ter
947 que ser resolvido lá e depois retorna para cá. **Sra. Lisiane Becker:** Eu queria acrescentar aqui, no caso,
948 que o Coronel também falou, também colocar de quem vão ser estes entes licenciatórios, ficou muito
949 vago. E a segunda coisa seria que não consta aqui as estações de tratamento, e fica uma coisa meio
950 perdida, do porquê está-se fazendo isso. Então, colocar que só será permitido isso, essa exceção quando
951 houver a estação de tratamento, tem que vir primeiro e depois, então, o reverso. **Sra. Vera Callegaro:**
952 Talvez porque a gente esteja acompanhando o andamento do trabalho do CONSEMA a partir de agora, na
953 sua primeira reunião de 2007, eu não sei de quem partiu, se a iniciativa partiu de algum órgão licenciador,
954 que solicitou ou da própria Presidência, para ver de onde partiu a iniciativa da elaboração desta resolução
955 e também acho que a resolução, antes de ir para a Câmara de Assuntos Jurídicos, tem que passar para uma
956 Câmara de assuntos técnicos ou da Câmara de Gestão das Águas ou de Controle. A de Licenciamento de
957 Controle e a questão dos esgotos mistos na Câmara de Gestão das Águas, enfim. Acho que tem que ter um
958 parecer técnico e um parecer jurídico depois. **Sr. Presidente:** Também temos a Câmara Técnica de
959 Biodiversidade. A Câmara Técnica de Águas não temos tido “quorum”, há um bom tempo que não
960 conseguimos ter “quorum” nesta Câmara Técnica. Agora, gostaria de colocar que neste assunto houve um
961 comprometimento por parte do ex-Secretário Claudio Dilda, numa reunião que nós fizemos no Ministério
962 Público, onde houve um apelo, e houve por parte dele o acatamento de que este assunto seria encaminhado
963 para o CONSEMA por uma deliberação. Na verdade, porque a gente fala em ente licenciatório? Porque
964 não é só a FEPAM. Ente licenciatório pode ser tanto a FEPAM ou, eventualmente, se o assunto estiver a
965 cargo do Município ou pode o IBAMA também ser chamado a licenciar, neste caso especificamente em
966 relação ao saneamento básico. O assunto discutido foi saneamento básico e a possibilidade de autorizar o
967 ente licenciatório a autorizar que se trabalhe com rede mista. E à medida que se tiver recurso, por isso que
968 é por prazo determinado, a gente vai acabar fazendo as redes separadoras depois, mas não dá para querer
969 fazer tudo agora e não ter dinheiro para nada, e a gente não faz nada. Então, era dentro deste contexto.
970 **Sra. Edi Xavier Fonseca:** De novo já cometemos um erro aqui descumprindo a legislação. A legislação
971 obrigada hoje a ter a separação da rede, ter tratamento por meio das estações de tratamento de esgoto. Eu
972 acho que tínhamos que botar contra, pois não compete ao CONSEMA discutir isso, já começa por aí, mas

973 tudo bem. Caso o CONSEMA queira se meter nestas questões, aí tem que passar pelas Câmaras Técnicas
974 primeiro, é assim o procedimento do CONSEMA. E não é Assuntos Jurídicos, que é a instância, é só para
975 ver se o texto da resolução está de acordo com a legislação ou não. Para mim, parece-me que esses dois
976 temas aqui levantados não assuntos deste Conselho, não são competências, inclusive, deste Conselho. E o
977 Conselho não deveria se meter, e isso aí a Prefeitura, sim, que tratasse o seu esgoto, separar a sua rede de
978 esgoto misto, de esgoto cloacal, esgoto pluvial, não a gente se meter nisso aí. Está confundindo aqui as
979 instâncias. Então, eu faria um apelo para que a gente não votasse essas duas resoluções. **Sr. Presidente:**
980 Solicito ao Plenário a manifestação, se a gente coloca o assunto em votação. Eu, pessoalmente, entendia
981 que há possibilidade da gente fazer os encaminhamentos para as Câmaras Técnicas e que depois, caso as
982 Câmaras Técnicas opinem pela aprovação das respectivas resoluções, retorne ao Plenário. Então, era essa
983 a minha manifestação, mas há um pedido de questão de ordem por parte da Conselheira Edi, de que a
984 gente coloque em votação o encaminhamento ou não. E aí ficaria automaticamente rejeitadas as duas
985 propostas. Por favor, o Conselho Sérgio, que pediu a palavra. **Sr. Sérgio Cardoso:** Para o
986 encaminhamento, eu vejo que indo para as Câmaras Técnicas não há prejuízo, porque lá vai-se debater o
987 processo. Agora, nunca esquecendo que nós temos um Conselho de Saneamento neste Estado que tem que
988 ser ativado, que foi aprovado, que tem um Conselho, que eu não sei quando é que se reúne, mas dizem que
989 se reúne. Então, temos que começar a provocar este Conselho de Saneamento em função da própria lei de
990 saneamento que foi aprovada agora em dezembro. Eu acho que nós temos que nos adequar. Acho que isso
991 não se cria prejuízo, mas que se abre o debate dentro da Câmara Técnica. Acho que esta questão de
992 prioridade, Presidente, é meio complicado, mas é importante que se abra o debate, enviando isso para o
993 Conselho de Saneamento do Rio Grande do Sul que está começando, teve reuniões em dezembro do ano
994 passado, pois trata da questão não só do licenciamento ambiental, mas também trata da questão das
995 competências do Estado e Município. Seria a minha sugestão: que mande para as Câmaras Técnicas e se
996 envie para o Conselho Estadual de Saneamento. **Sr. Presidente:** Colocamos, então, em votação as duas
997 propostas: uma, a rejeição das duas propostas e a outra o encaminhamento às Câmaras Técnicas. Quem
998 concorda em encaminhar para as Câmaras Técnicas se manifesta votando; quem discorda, abstenções (1).
999 Foi, então, *aprovado*, o encaminhamento das duas propostas para as Câmaras Técnicas. Encaminharemos
1000 para a Câmara Técnica de Biodiversidade, Câmara Técnica de Águas, e da Gestão Compartilhada e,
1001 evidentemente, Jurídica. E também acatando a sugestão do Sérgio, encaminhar expediente ao Conselho
1002 Estadual de Saneamento. Vale lembrar que em relação à situação do saneamento, por que esse assunto é
1003 importante? É porque o licenciamento ambiental se dá aqui no Sistema Estadual de Proteção Estadual, o
1004 licenciamento não se dá lá. E daí quando o órgão licenciador não autoriza o uso da rede mista, lá vou eu.
1005 Então, é por isso que o assunto foi trazido para cá. **7. Manifestação da FEPAM a respeito do**
1006 **licenciamento da Empresa Hexion.** **Sr. Presidente:** É uma solicitação de uma ONG, passo a palavra ao
1007 Diretor Técnico da FEPAM, o Jackson. **Sr. Jackson Muller:** Queria fazer alguns esclarecimentos sobre
1008 uma preocupação que temos, só para acrescentar alguns dados, já que eu vinha falar da Hexion. A
1009 Resolução 128, que foi aprovada no ano passado, que estabeleceu os novos padrões de emissão de
1010 lançamento, já trás uma exigência para nitrogênio de 20 miligramas por litro, e que com o sistema misto,
1011 ficaria difícil atender esta situação já em relação à resolução. De outro lado, a FEPAM entende que é
1012 preciso pensar um sistema que possa fazer a transição entre a situação atual e a situação desejada. O que
1013 nós estamos pensando, e vamos ter que trazer isso para debate, nas discussões que estamos fazendo, é de
1014 que se nós formos exigir os padrões de emissão da 128 para os lançamentos municipais com as
1015 tecnologias atualmente existentes, ninguém atende, fossa e filtro anaeróbico lançado em rede coletora não
1016 vai atender. Então, o que precisamos pensar? Em exigir dos Municípios aquele procedimento que está
1017 acontecendo em nível de bacia hidrográfica, que é o plano de saneamento, para que num futuro, dentro de
1018 uma escala de tempo, possa-se recolher este esgoto, que vai ser lançado nas redes coletoras, e submetê-
1019 las a um tratamento definitivo ou uma estrutura de polimento daquilo que as estruturas atuais estão
1020 propondo. Então, é preciso, penso eu, de que nós criássemos um debate específico para saneamento com
1021 o Conselho de Saneamento porque a realidade de muitas bacias hidrográficas é grave, do ponto de vista da
1022 contaminação da contribuição por esgoto. Do ponto de vista do licenciamento ambiental, nós entendemos
1023 que a questão é necessária, mas é preciso aprofundá-la no sentido de verificar o que está acontecendo hoje
1024 com o licenciamento ambiental. Nós temos uma proposta, que está no Congresso Nacional, da
1025 regulamentação do art. 23. Nós temos uma discussão de competência que está sendo suscitada pelo
1026 Ministério Público Federal de Rio Grande em relação aos licenciamentos concedidos pela FEPAM e, em
1027 especial, a questão hoje envolvendo a energia eólica, e que pode ter desdobramentos para a questão da
1028 silvicultura e que pode ter desdobramentos para os 44 Municípios da região costeira do Estado. Então, é
1029 preciso que nós discutamos novamente este tema. Valtemir, eu sei que a tua intenção é boa, quando

1030 remete uma proposta deste tipo, mas há uma necessidade de qualificação dessa discussão, em nível de
1031 Estado, e de competências, que é o que, a todo momento, está sendo colocado em discussão. Eu vim aqui
1032 para falar da Hexion, eu acho que eu mais poderia ficar à disposição do questionamento da entidade que
1033 gostaria dos esclarecimentos, até para dar um panorama do que aconteceu lá e depois a gente segue. Em
1034 vez de eu fazer toda uma explanação, quem sabe já vamos diretamente ao ponto. **Sra. Edi Xavier**
1035 **Fonseca:** O nosso questionamento, na verdade, Jackson, ao pedir este esclarecimento à FEPAM, é que a
1036 gente foi na audiência pública da Hexion, em Glorinha, e nos causou estranheza, uma empresa da
1037 envergadura da Hexion, química, com potencial de poluição, já conhecido mundialmente por alguns
1038 acidentes químicos, inclusive, que ocorreram nos Estados Unidos, na qual a agência ambiental americana
1039 está inclusive acionando a Hexion por estes danos ambientais ocorridos lá, que o órgão ambiental do
1040 Estado do Rio Grande do Sul não tenha pedido o licenciamento, os trâmites legais, digamos, assim, que é
1041 o EIA-RIMA. Foi feita uma consulta, foi feita uma audiência formal, informal, sem valor nenhum. Eles
1042 apresentaram o projeto deles e a FEPAM foi lá apenas para ouvir. Então, não teve um questionamento. E
1043 nós, como interessados, como sociedade civil, estamos interessados em saber todo o procedimento de
1044 como esta indústria iria se instalar aqui em nosso Estado, e a gente não teve condições de ter os estudos
1045 para poder analisar, para poder ter um posicionamento se somos contra ou a favor à instalação desta
1046 empresa aqui em nosso Estado. E por isso que pedimos que o CONSEMA ouvisse a FEPAM, chamasse a
1047 FEPAM para que a FEPAM pudesse-se manifestar em relação a isso. **Sr. Jackson Muller:** Vamos de
1048 trás para a frente. Na verdade, a tipologia da Hexion para Glorinha era uma tipologia sem lançamentos,
1049 fundamentalmente, na análise do procedimento de licenciamento da empresa, os procedimentos que ela
1050 adota, e adotou neste caso quando requereu licença prévia na FEPAM, é de que a unidade industrial não
1051 realizaria lançamentos. O que ela faz neste caso? Ela recebe os produtos em tonéis, em recipientes, faz o
1052 fracionamento e o processamento interno e revende estes produtos numa quantidade menor. Esse
1053 condicionante foi avaliado como uma condição fundamental para o órgão ambiental na exigência do EIA-
1054 RIMA, que não foi pedido no processo de licenciamento inicial, exatamente porque na avaliação do
1055 procedimento produtivo industrial não havia lançamentos, nem de efluentes, procedimento interno de
1056 operação da empresa, com critério de segurança e uma situação de proteção bastante significativa, com
1057 lagoas e bacias de acumulação para casos de algum tipo de vazamento. Quando foi concedida a licença
1058 prévia desta empresa, foi apontada uma deficiência em ouvir o órgão gestor da unidade de conservação,
1059 onde se instalava próximo àquela atividade, apesar de existir um zoneamento, promovido pelo Município
1060 de Glorinha, considerando aquela área como prioritária para a instalação de empreendimentos industriais.
1061 Na medida que foi constatada falha do órgão ambiental de não ter requisitado ao Departamento de
1062 Unidades de Conservação a manifestação prévia antes do licenciamento, foi cancelada esta licença prévia
1063 e, neste meio tempo, já havia o ajuizamento de uma ação civil pública e um expediente pelo Ministério
1064 Público Estadual de Gravataí na área de abrangência de Glorinha. Então, na tentativa de compor com a
1065 Justiça um termo de análise deste procedimento, foi formada uma audiência, com a comunidade de
1066 Glorinha, onde as deliberações da audiência encaminhavam a necessidade do EIA-RIMA. Então, a
1067 FEPAM acatou essa sugestão, já havia suspenso o licenciamento prévio concedido e a empresa agora se
1068 manifesta no interesse de obter um termo de referência para seguir o procedimento convencional exigido
1069 por lei. O que se vê neste caso? Nós temos uma quantidade de empreendimentos bastante expressivos, de
1070 alto potencial poluidor, e que tornam bastante difícil a exigência dessa ferramenta prévia de impacto
1071 ambiental, que é o EIA-RIMA, para toda esta variedade de tipologias envolvendo o setor industrial. O que
1072 deixou a FEPAM um pouco mais tranqüila, na não exigência deste documento, deste trâmite, deste
1073 procedimento, é de que a empresa não executaria lançamentos no ambiente, até pela sua proximidade com
1074 a própria unidade de conservação. Então, como houve uma manifestação efetiva da comunidade, nesse
1075 sentido, e é procedimento da Instituição acatar estes procedimentos que visam, de certa forma, garantir a
1076 proteção ambiental, retrocedeu-se o processo novamente para o seu início e vai-se buscar o Estudo de
1077 Impacto Ambiental. Foi oferecido, pela empresa, todo o estudo realizado na questão do risco da sua
1078 atividade, toda uma análise técnica qualificada para exatamente prevenir qualquer tipo de lançamento no
1079 ambiente, esse documento foi disponibilizado, inclusive não só pela FEPAM, mas pela própria empresa
1080 aos interessados, e o que nós entendemos, sim, é que a bacia do Gravataí exige a retomada do processo do
1081 Estudo de Impacto Ambiental até pela situação que ela está vivendo como um todo. Então, acatamos,
1082 estamos revendo o procedimento, vamos qualificá-lo, e isso trará, certamente, benefícios para a
1083 comunidade e para a proteção ambiental. É procedimento da Instituição, constatado o equívoco, colocada
1084 à discussão e acatada a manifestação da comunidade, nós vamos proceder com aquilo que tem que ser
1085 feito. Na audiência que foi promovida com a Justiça havia um entendimento de que se poderia tentar
1086 buscar o consenso, apresentando estudos complementares, a empresa, de prontidão, manifestou-se

1087 favorável à realização do Estudo de Impacto Ambiental, e não é impedimento para ela fazer este trabalho.
1088 O que ela tinha era uma necessidade de atendimento de cronogramas, de prazos com a sua matriz, com os
1089 seus fornecedores e clientes, mas isso foi superado, acatada a manifestação, volta-se à estaca zero e se
1090 procede o ritual convencional de EIA-RIMA, licença prévia, licença de instalação e assim por diante. Fico
1091 à disposição para qualquer esclarecimento. **Sr. Presidente:** Mais alguma manifestação dos senhores
1092 Conselheiros e senhoras Conselheiras em relação ao assunto Hexion? Então, a empresa fará o
1093 procedimento do EIA-RIMA. Então, desde já, Edi, com relação ao assunto Hexion, eu vou sugerir que
1094 fique entre nós acordado que com a realização do EIA-RIMA vai haver a necessidade de uma audiência
1095 pública. Então, não se faça uma audiência pública no CONSEMA mas que se faça uma apresentação, a
1096 mesma apresentação que será feita lá na audiência pública, que seja feita aqui em Plenário. Então, antes
1097 da audiência pública, que seja feito um momento aqui com os Conselheiros, até porque o assunto foi
1098 trazido para cá. Então, fica acordado entre nós, e a gente dá este encaminhamento. **8. Relato da FEPAM**
1099 **a respeito da Força Tarefa. Sr. Presidente:** Eu gostaria de passar a palavra para o Jackson para explicar
1100 para a gente em relação à Força Tarefa. Eu vou fazer um apelo, e eu sei das dificuldades econômicas do
1101 Estado, de que a gente pudesse encaminhar a cada Conselheiro uma cópia do documento. Eu sei que ele é
1102 muito extenso, então, vai ter que se mandar por CD. **Sr. Jackson Muller:** Vou passar ao relatório da
1103 Força Tarefa. Esse documento, em parte, já foi apresentado aqui aos Conselheiros em função da situação
1104 crítica que nós vivemos na Bacia dos Sinos, e rapidamente eu vou passar as informações para chegar
1105 naquilo que tem sido a diretriz da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, capitaneada pela nossa
1106 Secretária Vera, pelo nosso Presidente da FEPAM, de buscar exatamente a aplicação das recomendações
1107 da Força Tarefa, na realidade, do Rio dos Sinos e, quem sabe, o seu desdobramento dentro da realidade do
1108 Gravataí. Este material foi apresentado aos Prefeitos na reunião do dia 29 e nós temos utilizado este
1109 mesmo documento para sensibilização dos cinco trechos dos Rio dos Sinos que foram zoneados por uma
1110 ação mais convergente e que trabalha exatamente com a idéia de ações a curto e médio prazo, que apenas
1111 a localização da bacia, aqueles dados que compõem o trecho dos Sinos, a Força Tarefa procurou, não só
1112 atuar de forma conjunta na crise da bacia, mas tentou compor exatamente as diretrizes e as indicações
1113 principais que pudessem viabilizar a adoção de medidas para reverter aquele quadro crítico que foi
1114 constatado lá. A questão dos usos múltiplos da bacia já é bastante conhecido, eu vou só passar
1115 rapidamente, lembrando do que foi crítico, naquele episódio, em especial, da questão que passou a ser
1116 discutida em 2002 para 2003, que é a questão da disponibilidade da água. Durante muito tempo nós
1117 discutimos na Bacia dos Sinos a questão dos problemas associados a sua qualidade. Mas de 2002 para
1118 2003 surge um fantasma novo, que interfere exatamente na vazão ecológica deste rio em função do
1119 incremento que houve na parte alta dos Sinos, e este incremento para um rio com as dimensões dele não
1120 tem suportado, não tem agüentado estes usos múltiplos, inclusive com repercussões bastante sérias na
1121 manutenção a vazão deste rio. Associado a todo este incremento, que houve na porção alta, aquelas
1122 questões associadas ao uso de agrotóxicos. Nós temos uma preocupação importante neste envolvimento da
1123 bacia que é a questão do uso destes agrotóxicos: a mesma que prepara é a mesma que serve o almoço. E
1124 esta aqui é uma foto dos Sinos em 2005, na porção dele entre Santo Antônio da Patrulha e o Município de
1125 Taquara. Queria chamar a atenção daquele graveto, que está no meio do rio, este aqui é o Sinos. Este
1126 episódio se reproduziu novamente em 2006 e se percebeu que a realidade da discussão da quantidade da
1127 água passava a ser uma questão momentânea. Preocupa-nos inclusive a situação do dia de hoje do Sinos,
1128 que vem diminuindo muito a sua vazão, ele é um rio que não reserva mais água. Ele sobe de nível e
1129 rapidamente baixa o seu nível por uma série de ações e que a intenção da Secretaria de Estado é revertê-
1130 los. A preservação destas áreas importantes, que são os banhados, como elementos fundamentais do
1131 regime hídrico que sustenta o rio, nós temos a água em excesso, nós temos um excedente de água, que
1132 pode ser aproveitado para a reservação, e que vai exigir exatamente um conjunto de medidas dentro da
1133 bacia e que envolve estas ações que estamos propondo, derivados não só dos encaminhamentos da Força
1134 Tarefa mas do conhecimento que foi sendo acumulado ao longo do tempo. Há uma série de discussões que
1135 precisam ser estabelecidas dentro da bacia, a questão do rio, enquanto fonte de mineral. Temos
1136 identificado uma série de ações que envolvem a questão mineraria no Sinos. É um rio muito vivo. A
1137 piracema, no Sinos, começa em outubro, não começa em novembro, e lá em Parobé nós já temos
1138 indicativos importantes desta migração que os peixes executam. A questão envolvendo o lixo, a questão
1139 envolvendo a recuperação da mata ciliar, a questão envolvendo o comportamento da sociedade que, em
1140 muitos momentos, está de costas para o rio. A partir do momento que nós temos o cano e a torneira a
1141 sociedade se afastou da fonte principal do abastecimento. E o que se vê é exatamente a necessidade de
1142 uma retomada desta preocupação com o rio, não só o Rio dos Sinos, mas todos os rios do Estado. Quando
1143 se fala da questão do saneamento na bacia, é um problema muito grave e sério. Foi apontado como um dos

1144 fatores que levou ao processo de degravação sucessiva do Rio dos Sinos, e esse tem sido um foco de
1145 discussão bastante acalentado lá na realidade da bacia. Nós temos uma realidade minerária na parte
1146 inferior do rio com mais de 43 depósitos de areia em área de preservação permanente. A mortandade dos
1147 Sinos não era uma coisa nova, nunca foi. Desde o processo de incremento da ocupação da bacia se viu
1148 exatamente uma certa frequência com estes procedimentos. É questão o consumo deste peixe dentro da
1149 bacia, o peixe residente: há estudos que a FEPAM desenvolveu que mostram que este peixe carrega
1150 consigo uma concentração expressiva de metais pesados como cromo, zinco, cádmio, inclusive
1151 aparecendo agora chumbo e mercúrio que denotam exatamente a importância de um estudo mais
1152 aprofundado para evitar que a população possa acessar este tipo de peixe. A questão dos conflitos da bacia
1153 do passado, como a gente diz, desde a criação do próprio Comitê, em 1988, na verdade, são os conflitos
1154 do presente, só que nós temos um efeito na redução do volume de água, que hoje circula pelo Sinos. E a
1155 intenção exatamente é o envolvimento da sociedade neste que foi, sem dúvida nenhuma, o maior episódio
1156 que nós vivemos em termos de perda da questão envolvendo o Sinos. Foi muito dramático ter vivido todo
1157 esse episódio, nós participamos desde o dia 8, até agora, inclusive, com toda uma movimentação
1158 institucional voltada para evitar que este fenômeno possa-se tornar inclusive repetido. Nesta dimensão nós
1159 não tínhamos vivido nada que nos motivou a buscar estes desdobramentos que agora se materializam com
1160 as ações da Força Tarefa e do envolvimento dos municípios. O trabalho e o esforço que se fez para tirar
1161 todo este peixe dentro do rio foi enorme, envolveu uma ação conjunta do Comando Ambiental da Brigada
1162 Militar, dos municípios, da Defesa Civil Estadual, das empresas que nos ajudaram, e talvez estas imagens
1163 que os Conselheiros estão vendo, são as imagens que nos devem motivar a trabalhar continuamente pela
1164 melhoria da condição dos rios gaúchos, porque foi muito dramático e muito triste vivenciar uma coisa
1165 como esta. Nós tivemos que adaptar equipamentos para poder exatamente dar conta de remover 86
1166 toneladas de peixes na mortandade do dia 8. É muito difícil fazer todo esse trabalho, organizar toda esta
1167 operação, mas a nossa preocupação era exatamente tirar, de dentro do rio, aquilo que poderia gerar uma
1168 segunda tragédia em função da grande contaminação que lá ficaria. Esta aqui é uma foto da Foz do Canal
1169 João Correia, que está há um quilômetro acima desta mortandade, que ocorreu em outubro, e mostra
1170 exatamente o grande desafio que nós temos na área saneamento. Aqui o Arroio Gauchinho, entre Novo
1171 Hamburgo e São Leopoldo. Fizemos todo um trabalho de fiscalização do Parque Industrial de Estância
1172 Velha, culminando com as investigações que levaram ao pedido de prisão preventiva do administrador da
1173 UTRESA, seis empresas foram autuadas neste cenário, mas nós entendemos que os prejuízos dentro do rio
1174 dificilmente serão recuperados com a cobrança dos valores das multas, mas sim que este fenômeno, este
1175 episódio possa representar uma mudança singular no comportamento da sociedade com relação aos
1176 mananciais. Há muitos impactos dentro da bacia, foram 17 espécies, na verdade, atingidas, e a FEPAM
1177 desencadeou duas medidas emergentes, uma delas associada ao setor produtivo industrial, exigindo a
1178 redução de 30% da vazão licenciada das empresas situadas na bacia do Arroio Portão, e a segunda medida
1179 foi exatamente o envolvimento dos municípios com a necessidade de apresentação de um plano de
1180 saneamento em 180 dias a partir do dia 11 de outubro, e que vence agora em abril. Os municípios estão-se
1181 organizando, construindo diversas alternativas, a mais forte lá é o consórcio, aonde certamente vai-se
1182 buscar maneiras, métodos e técnicas para poder atender o plano de saneamento. Aqui os valores das
1183 multas aplicadas, as ações continuaram. Aqui um agradecimento às entidades que, efetivamente,
1184 participaram. Mas no dia 24 de outubro nós tivemos uma repetição daquela crise do dia 8, só que com a
1185 diferença de que este peixe estava vivo naquele dia. E o que fazer? Onde é que ensina qual é o
1186 procedimento adotado quando um rio está agonizando, e o mais impressionante, era um quilômetro e meio
1187 de rio. Os cardumes subiam aos milhares e chegavam naquele trecho e vinham para a superfície
1188 começavam a morrer. O que nós vamos fazer, pensamos naquele dia 24 e desencadeamos toda uma
1189 operação conjunta que envolveu a movimentação de dragas, envolveu a instalação de mangueiras, os
1190 beija-flores participaram, lembrando aquela história da floresta, e cada um tentava, mesmo que de forma
1191 diminuta, contribuir para reverter aquele quadro crítico do dia 24 de outubro. Instalamos aeradores,
1192 instalamos compressores, fizemos toda uma movimentação para tirar o oxigênio dissolvido de 0,3
1193 miligramas por litro, neste trecho de um quilômetro e meio e levá-lo para 1, 5 miligramas por litro,
1194 naquele dia. Essa foi uma boa vitória. Mostrou que é possível fazer a diferença neste caso. Mas isso não
1195 impediu, mesmo com a instalação de todos esses equipamentos, que uma nova mortandade viesse a
1196 acontecer no dia 29, na divisa entre Novo Hamburgo e São Leopoldo. Então, estes episódios crônicos,
1197 que foram-se materializando e exigindo medidas efetivas de controle, inclusive aqui um dado do
1198 pesqueiro, da localidade onde nós instalamos os equipamentos de aeração, um rio com 0,9 miligramas por
1199 litro, chegou a 0,5 neste mesmo ponto. Então, isso mostra a importância, todo esse esforço, nós
1200 identificamos, por meio do uso deste sonar, num trecho de 15 Km do Sinos, mais de 62 cardumes num

1201 mesmo dia subindo o rio, e isso mostrava a intensidade do processo de migração destas espécies. Eles se
1202 concentravam no pesqueiro, era dramático você ver isso, e eles vinham aos milhões e se concentravam
1203 naquele trecho, talvez para descansar, confabular, decidir para onde iam, e ali eles começavam a morrer.
1204 Então, iniciamos um trabalho de movimentação, era impressionante, a água ficava preta de peixe naquele
1205 local. Conseguimos mobilizar as empresas, uma delas que nos apoiou nesta operação, até para testar um
1206 procedimento, que nós não tínhamos tradição no Estado, a injeção de oxigênio puro neste trecho crítico, e
1207 passamos a utilizar um equipamento, que foi cedido sem custo, pela empresa para o Estado, onde nós
1208 experimentamos esta técnica de injeção do oxigênio puro. Conseguiu-se reverter o quadro, naquele
1209 momento, garantir que os cardumes pudessem passar, mas ela é uma experiência pontual, ela não tem o
1210 propósito de salvar o rio. Ela tinha, como propósito, aquele momento, onde a diversidade de cardumes era
1211 muito grande. No dia 16 de dezembro nós tivemos uma nova mortandade na Foz do Arroio Portão, e
1212 queria mostrar a foto do peixe que nós tiramos de dentro do rio, uma carpa exótica, uma cabeça grande, e
1213 esse bicho pesou quase 30 Kg, é impressionante o que se perdeu em termos de reprodução e uma coisa
1214 impressionante que está acontecendo ali naquele trecho, e que vai exigir o monitoramento do Estado, é de
1215 que os peixes estão-se reproduzindo em São Leopoldo. Como eles não conseguem atravessar as barreiras
1216 sucessivas das entradas de poluentes pelos diversos arroios até os municípios de Parobé e Taquara, eles
1217 estão reproduzindo no trecho inferior do rio, o que coloca uma dificuldade de sobrevivência desta grande
1218 profusão de alevinos que ali buscava-se manter. A partir de toda esta crise, que nós procuramos gerenciar
1219 com muita dificuldade, num momento de transição de governo, num momento de redução de recursos
1220 disponíveis, a Força Tarefa surgiu, na verdade, como uma importância e uma alternativa de organização
1221 administrativa do Estado para lidar com a crise. E ela passa a produzir um relatório onde são identificados
1222 25 itens, 25 ações, 25 medidas que podem ser implementadas na condição na qual se encontra o Sinos. A
1223 idéia da nossa Secretária, desde a sua posse, foi agregar em torno destas recomendações da Força Tarefa
1224 uma mobilização na própria bacia. Sair da situação crítica e crônica nós só vamos conseguir este
1225 propósito se cada um fizer a sua parte, se cada ente da bacia puder contribuir. E o que se fez? Dividiu-se a
1226 bacia em cinco zonas, concentrando cinco municípios por zona, onde a idéia é desencadear a implantação
1227 destas medidas de acordo com as recomendações que foram dadas pela Força Tarefa. Nós já realizamos
1228 duas destas reuniões, a receptividade está sendo muito boa, todos os municípios estão comparecendo e
1229 como preparatório desta reunião nós fizemos um percurso expedito com uma equipe lá de Taquara até o
1230 Pesqueiro, num único dia, procurando identificar as potencialidades, as belezas do Sinos, mas também
1231 identificar aqueles desafios que podem ser segmentados de acordo com a realidade de cada uma dessas
1232 regiões. Por exemplo, as particularidades do município de Caraá são diferentes das particularidades do
1233 município de Canoas e precisam de medidas específicas para conter aquilo que a gente viu lá. O teor de
1234 oxigênio dissolvido em Parobé é bastante bom, é um rio muito vivo neste aspecto, mas na medida que ele
1235 vem descendo, ele vem recebendo a contribuição de todo o tipo de agressão, que começa com areia, e
1236 muito possivelmente nós teremos que executar uma série de medidas de discussão sobre a continuidade
1237 desta atividade lá, discutindo o potencial que o rio possui, do ponto de vista mineral. Nós temos uma série
1238 de trechos dos Sinos que estão com problemas graves de desbarrancamento, estão com fragilidades
1239 expressivas, onde houve uma remoção significativa de areia ou mesmo de remoção da mata ciliar, e aqui
1240 dá para ver onde a draga colocou o chupão do barranco, quer dizer, tirou a praia que ali existia, essa draga
1241 foi autuada e teve a sua área interdita. O fato dela muitas vezes extrair na área de preservação
1242 inadequada, para este tipo de procedimento, há riscos de queda de redes de alta tensão em função disso. O
1243 lixo na bacia é uma coisa impressionante! Você encontra lá em Caraá, em Santo Antônio da Patrulha, já
1244 focos de lixo dentro do rio. A questão do envolvimento comunitário para reverter aquele quadro crítico
1245 que a estiagem permite a gente identificar, porque quando baixa a água as mazelas aparecem. A questão
1246 dos esgotos é realmente dramática a situação, você vê todos os arroios, praticamente, de Parobé para baixo
1247 há um nível de contaminação e que acaba contribuindo, efetivamente, com a degradação do rio. Na área
1248 rural dos municípios já apresenta problemas graves de contaminação chegando no Sinos. A questão do
1249 planejamento urbano, que é uma discussão importante que nós precisamos fazer dentro da nossa realidade
1250 de região metropolitana e bacia hidrográfica. A importância da fiscalização industrial, a questão da
1251 recuperação da mata ciliar numa ação conjunta com o DEFAP, com as prefeituras, com os programas que
1252 estão em andamento por meio de ações do Governo do Estado. Há muitos trechos do rio que foram
1253 bastante prejudicados do ponto de vista da mata ciliar. A questão da fiscalização e da gestão correta dos
1254 resíduos de origem industrial e a pesca predatória, que é uma realidade muito presente dentro desta bacia,
1255 apesar de toda a criticidade que ela vive. Então, a intenção é exatamente agregar, no entorno destas
1256 recomendações, medidas no curto e no médio prazo, que vão ser promovidas a partir das organizações por
1257 zona. Nós já reunimos com a Bacia do Paranhana, com os municípios daquela região, já nos reunimos

1258 com a região de Novo Hamburgo, Campo Bom, Portão, e agora nós vamos ter uma seqüência de mais três
1259 encontros exatamente para definir as estratégias por zona e na bacia como um todo. Então, está-se
1260 procurando colocar em ação, não só as recomendações, mas um modelo de administração diferenciado
1261 para dar conta destes problemas que lá existem e que fazem parte dos desafios que nós temos que superar.
1262 Então, basicamente é isso. Nós podemos apresentar em documento digital, são 450 mega o documento
1263 todo, talvez disponibilizar o CD. **Sr. Tomáz Augusto Schuch:** Eu não sei se há idéia de se fazer uma
1264 campanha por meio da mídia, com acompanhamento e apoio da mídia escrita, impressa, televisada, enfim,
1265 falada, e também por meio da Secretaria de Educação. Nós temos aqui a nossa Conselheira da Secretaria da
1266 Educação, mas promovermos junto à rede de ensino pública, e também da particular, algumas palestras, e
1267 daqui a pouco, nós, Conselheiros, podemos multiplicar isso dentro palestra nas escolas, fazendo um
1268 trabalho de conscientização. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Gostaria de parabenizar o trabalho da FEPAM, em
1269 nome o Jackson, e apesar desta tragédia, do prejuízo social, ambiental e econômico, que foi esse desastre,
1270 mas a gente dá todo o apoio para a equipe técnica, que eu acho que trabalhou de forma eficiente, e
1271 rapidamente oi tentar reverter este quadro. A gente sabe que isso só ao longo do tempo, que o dano
1272 ambiental causado vai ser recuperado, talvez, quiçá, nem vai ser recuperado totalmente, pois a gente sabe
1273 que esta tragédia tem uma proporção enorme, uma dimensão enorme. Mas a gente gostaria de deixar
1274 registrado, uma entidade que critica tanto as ações do Estado, principalmente a tua pessoa, Jackson, mas a
1275 partir de ti toda a equipe técnica que está atrás de ti. **Sra. Lisiane Becker:** Também cumprimentar o
1276 Jackson, porque eu participei das duas reuniões e peguei a reunião dos Prefeitos. Só queria complementar
1277 que não ficou nesta primeira reunião como reunião de Prefeitos. A organização civil organizada foi
1278 convidada e inclusive foi colocado que poderíamos até assumir a capitania de certas tarefas. Então, é
1279 nesse ponto, e é claro que a gente teve que insistir um pouco, porque começou a partir do convite da
1280 Secretaria para algumas ONGs que já estavam na bacia e aí se conseguiu junto a primeira reunião, atrair as
1281 ONGs para dentro, porque as ONGs estão em lugares mais pontuais, elas estão nos lugares onde não
1282 chegam os técnicos. Então, a gente tem um conhecimento, por exemplo, das nascentes de São Francisco
1283 de Paula, que também são nascentes mais a montante, ninguém sabe, também está criando problemas.
1284 Então, a própria Mira-Serra colocou dois técnicos e mais equipamento à disposição para se unir neste
1285 esforço. E houve uma certa crítica também, que eu ouvi, e foi da divisão dos trechos, que não ficou claro,
1286 para algumas pessoas, que estes trechos eram na forma de reunir os mais próximos para que os prefeitos
1287 possam participar, porque não há como, e eu já trabalhei em Secretaria, botar prefeitos de 33 cidades
1288 reunidas uma vez, todos os meses, por um tempo indeterminado. Então, por trecho ficou bem mais viável,
1289 e eu concordo plenamente com isso, e não vejo prejuízo ao Comitê Sinos, como também ouvi, muitas
1290 críticas sobre isso, e não vejo prejuízo em nada, e só acho que todo mundo tem a ganhar com esta
1291 iniciativa. **Sra. Vera Callegaro:** Só para reforçar as palavras da Edi, que realmente a participação e a
1292 colaboração do Comando Ambiental foram fundamentais, e continuarão sendo neste sistema que nós
1293 vamos trabalhar, que já trabalhamos lá na região da Mata Atlântica com o Plano Operacional de Controle,
1294 da fiscalização integrada, que nós pretendemos estender por toda a bacia, de imediato, logo que a gente
1295 terminar estas reuniões. E o trabalho do Comitê, após o término das reuniões, vamos pedir uma reunião, já
1296 falei com o Presidente do Comitê, vamos pedir uma reunião extraordinária com o Comitê Sinos, depois
1297 Comitê Gravataí, só para tratarmos destas ações que estão sendo determinadas por trechos da bacia. **Sr.**
1298 **Jackson Muller:** Só queria agradecer, primeiro, pois a gente faz as coisas com muita dedicação, apesar da
1299 dificuldade. Agora, quero saudar todos os soldados do Comando Ambiental, que foram fantásticos, e uns
1300 dias atrás tivemos problemas lá em Pelotas também com peixes. Na hora do pega para capturar a Brigada
1301 Militar não corre. E foi esse esforço que a gente viu, desde o primeiro dia, até o fim. Estas ações
1302 conjuntas, eu quero destacar aqui uma proposta da nossa Secretária, que nós temos que aperfeiçoar os
1303 sistemas de gestão e trabalhar com o esforço de cada um somado para buscar a sinergia, porque senão eu
1304 mando um carro da FEPAM, um carro do Comando, um carro do DEFAP e este é um trabalho que nós
1305 estamos construindo de forma integradas, já conseguimos avançar por meio das diretrizes do nosso Cel.
1306 Juarez, da nossa Secretária Vera, e que se possa lidar com isso. E foi muito duro ter vivido tudo isso lá
1307 porque o Rio dos Sinos é o meu rio. Eu nasci lá e ia pescar naquele lugar, quando eu era criança, e tirei
1308 dali 50 toneladas de peixes. O que se percebe, efetivamente, é que a sociedade tem que participar. O fato
1309 de nós regrarmos num plano apenas de teoria de gestão, é de que os cinco mais pertos vão poder se
1310 articular para o benefício da bacia toda, nós estamos dizendo isso nos encontros: a tua ação não é mais
1311 local, mas a tua ação é de bacia, e tu pensas no local e como isso vai repercutir no ganho da bacia. E está
1312 sendo muito bom porque está havendo uma participação. O que eu quero pedir aos Conselheiros é que nos
1313 ajudem na sedimentação desta proposta. Se for necessário, esta apresentação está pronta em “power
1314 point”, e vamos espalhá-la pelas escolas, pelas associações de bairro, pelas empresas, porque somente uma

1315 ação conjunta de toda a sociedade vai-nos permitir reverter este quadro, porque este quadro vem sendo
1316 construído há muitos anos. E ele é o resultado de um modelo de sociedade que nós criamos, e fomos nós
1317 que criamos estes problemas, somos que vamos ter que criar a solução destes problemas. Agora, se espera
1318 questão a nossa sinergia de Estado, de ONGs, é importante esta novidade. É a ONG não só sendo
1319 convidada para compor, ela está sendo convocada para dividir responsabilidades no processo, e isso é um
1320 ganho porque compromete, faz a participação efetiva. Durante a crise nós tivemos dois episódios que
1321 mexeram muito com a gente: o primeiro, foi a prisão preventiva de um empresário envolvido com a
1322 disposição de resíduos, que tinha a função de dar um destino adequado do resíduo de mais de 3.500
1323 usuários. E o segundo fator foi que no meio da crise, com todos os meios de comunicação alertando para
1324 aquela situação, nós flagramos uma empresa lançando o seu efluente bruto dentro do Sinos. Então, o que
1325 se percebe? Por mais que a gente esteja fazendo este esforço de tornar efetiva a discussão dentro da
1326 sociedade, há muito por fazer: há muito na área da educação, há muito na área da saúde, há muito na área
1327 da difusão da informação. E eu penso que este pode ser um esforço conjunto e que nós possamos torná-lo
1328 realidade com a participação deste conjunto, senão fica difícil trabalhar assim. **Sr. Presidente:**
1329 Agradecemos ao Jackson. Em relação aos municípios, Jackson, eu posso garantir que a gente está tentando
1330 nos unir para que a gente consiga resolver, precisa de muito dinheiro, e não adianta sair dizendo: “Olha, a
1331 solução não é só reunião”, reunião é bom mas tem que ter reunião e tem que ter dinheiro, e se não tiver
1332 dinheiro não vamos fazer nada. Então, não adianta, tem que ter os outros aspectos. Agora, no início da
1333 união, antes de nós terminarmos a reunião, nós tocamos em relação ao assunto da alteração da lei. Agora
1334 veio a nossa Secretária com as colocações tranquilizadoras de que o projeto de lei, que foi encaminhado
1335 para a Assembléia Legislativa, ser modificado. Mas houve, no início da reunião, um pedido de que a gente
1336 fizesse uma reunião extraordinária, para, se por um acaso acontecer de os recursos hídricos serem
1337 realmente retirados do sistema que estão, que isso seja discutido pelo Conselho. Então, teoricamente, e
1338 segundo as palavras que a Secretária Vera coloca, o projeto de lei vai ser alterado. Mas como nós temos
1339 reunião agora e teoricamente a próxima reunião já vai ser depois desse assunto ter sido votado na
1340 Assembléia, então, nós temos que deliberar, e eu vou apresentar uma sugestão, de que a gente fizesse uma
1341 reunião extraordinária do Conselho para discutir esta lei de alteração do Estado no tocante aos assuntos que
1342 impactam ao Conselho Estadual de Meio Ambiente e área ambiental. No dia 26 de fevereiro, é uma
1343 segunda-feira na parte da manhã. Caso nos acontecer o que a Dra. Vera nos colocou, de que não vai haver,
1344 o assunto vai ficar do jeito que está, quer dizer, as alterações não interferem no sistema, não tem razão de
1345 nós fazermos uma reunião extraordinária. Então, a gente ficava deliberado de que a gente vai aguardar o
1346 projeto de lei, as alterações, e aí averiguar da necessidade de fazer a reunião, e aí averiguada a necessidade
1347 de fazer a reunião, eu faço a convocatória para o dia 26 de fevereiro de 2006, é uma segunda-feira, porque
1348 senão também não vai dar tempo para discutir o assunto. Não adianta nós também deliberar depois que o
1349 assunto já foi votado. Então, eu consulto: alguém é contrário a gente manter uma convocatória para uma
1350 reunião extraordinária para o dia 26 de fevereiro em relação a este assunto específico. **Sra. Vera**
1351 **Callegaro:** Uma sugestão: no dia 28, à tarde, é dia da reunião do Conselho de Recursos Hídricos. Se nós
1352 não poderíamos fazer uma análise conjunta, se caso fosse necessário, junto com o Conselho de Recursos
1353 Hídricos já. **Sr. Presidente:** Eu, pessoalmente, não posso dia 28, desde já digo que no dia 28 não estaria,
1354 não teria condições. Na verdade, no dia 28, estamos tentando fundir no Estado do Rio Grande do Sul a
1355 ANAMA com o CONDIMA. Então, nós vamos fazer uma reunião extraordinária, para tentar fazer com
1356 que os dois organismos falem a mesma língua e sejam da mesma entidade. Então, tem gente de São Paulo
1357 vindo, tem gente de Brasília vindo para isso, e é claro que o Conselho é soberano, e não é por mim que
1358 vamos deixar de fazer a reunião. Agora, tinha como sugestão no dia 26, porque no dia 27 nós já temos
1359 reuniões com o Ministério do Meio Ambiente também programadas, então não teria como a gente fazer
1360 isso. Então, a sugestão que mantenho, dia 26 ser necessário. Caso o projeto de lei, que chegar à
1361 Assembléia, foi um dos pontos que a Dra. Vera nos colocou, acho que ela não tem razão em nossas
1362 reuniões, e isso fica acordado entre nós. **9. Assuntos Gerais. Sr. Presidente:** Então, outro assunto que eu
1363 gostaria de lembrar a todos, na leitura dos documentos, aquele documento da FAMURS em relação à
1364 inclusão do João Bogornia, também para incluí-lo na Câmara Técnica de Agroindústria. E também eu
1365 tenho um pedido de inclusão na Brigada Militar na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Então, eu
1366 gostaria de deixar lembrado em ata, que estas duas entidades passam a fazer parte destas duas Câmaras
1367 Técnicas, por quê? Porque no ano passado, quando nós tivemos que fazer a exclusão de todos que eram
1368 faltosos, nós excluímos todos e colocamos eu quem quisesse voltar que se habilitasse. Então, agora, duas
1369 entidades estão-se habilitando, e isso fica acordado entre nós. Um outro assunto que eu gostaria de
1370 lembrar a todos, na leitura dos documentos, aquele documento da FAMURS em relação à inclusão do
1371 João Bogornia também é para incluir ele na Câmara Técnica de Agroindústria. E também eu tenho um

1372 pedido de inclusão da Brigada Militar na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Então, eu gostaria de
1373 deixar lembrado em ata que estas duas entidades passam a fazer parte destas duas Câmaras Técnicas,
1374 porque, quando no ano passado nós tivemos que fazer a exclusão de todos que eram faltosos, nós
1375 excluímos todos, e colocamos que quem quisesse voltar que se habilitasse. Então, agora, duas entidades
1376 estão-se habilitando. **Sra. Lisiane Becker:** Para entrar numa Câmara Técnica, como é? **Sr. Presidente:**
1377 Vocês têm que fazer uma manifestação ao CONSEMA pedindo a inclusão, só isso. Normalmente,
1378 ninguém vai-se opor à inclusão, mas tem que ser feito formalmente. Um outro assunto de Assuntos Gerais,
1379 que não foi abordado, pessoal, é o seguinte: nós recebemos uma denúncia, há alguns meses, contra o
1380 Município de Farroupilha e aí, nesta denúncia contra o Município de Farroupilha, nós encaminhamos
1381 pedido de informações a todos os envolvidos, foi uma manifestação de uma ONG pedindo a desabilitação
1382 do município. Só que na leitura do documento, eles questionam algumas licenças aqui e as licenças eram
1383 emitidas, algumas até pela própria FEPAM. Então, a competência não era desabilitar o município porque
1384 a FEPAM fez uma licença teoricamente ou que está sendo questionada. Então, nós encaminhamos a
1385 documentação toda para o Presidente da Câmara Técnica de Gestão Compartilhada, e a Câmara Técnica se
1386 manifestou encaminhando esse assunto para a Plenária. Então, esse assunto vai ficar necessariamente para
1387 a próxima reunião, e eu só vou ler o encaminhamento, que é o seguinte: “*A Câmara Técnica Permanente*
1388 *de Gestão Compartilhada, em reunião realizada no dia 8 de fevereiro, analisando o processo referente ao*
1389 *Município de Farroupilha, deliberou por encaminhar o referido expediente à Secretaria Estadual do*
1390 *Meio Ambiente para acompanhamento dos desfechos, das ações em manifestação no máximo 180 dias*
1391 *para aparecer”. Porque aqui tem um “tac” assinado dentro deste negócio, em algum destes aspectos, e*
1392 *que deve ser acompanhados pela Secretaria Estadual. Depois que isso for feito, volta para cá. Então,*
1393 *seriam só esses 3 assuntos que a gente gostaria de debater.*”(Encerra-se a 93ª Reunião Ordinária do
1394 CONSEMA às 17h40min)